

II Jornadas Doutorais em Sociologia



Ciência & Política: Fronteiras e Intersecções

Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM

II Jornadas Doutorais em Sociologia

Ciência e Política: fronteiras e interseções

Universidade do Minho, janeiro de 2021

Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM

Título

Ciência e Política: fronteiras e interseções.
II Jornadas Doutorais, Sociologia

Editores Direção do Programa Doutoral em Sociologia & NEDSUM

Emília Rodrigues Araújo, Helena Machado e Joaquim
Costa (Direção do Programa Doutoral)

Preparação do Márcia Silva & Maria João Vaz

Manuscrito Com o apoio da equipa de orientadores/as

ISBN digital 978-972-98541-7-0

Formato e-book, 93 páginas

Data de Publicação 2021, setembro

Editora Departamento de Sociologia
Universidade do Minho
Braga • Portugal



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Índice

Apresentação	5
Comida de verdade à mesa? Alimentação, conhecimento e política	9
Zênia Tavares	9
O papel do turismo e da cultura na renovação das cidades: alguns pontos críticos	19
Márcia Silva	19
<i>Big Data</i> na investigação criminal: “Imaginário Europeu” e orientações para o futuro	28
Laura Neiva, Helena Machado	28
As vozes das Ciências Sociais em tempos de pandemia	42
Luisa Fernanda Salamanca Garnica	42
Da família para a empresa: sucessão nas empresas familiares do norte de Portugal	50
Nuno Caetano Nora, Ana Paula Marques	50
Entendendo o percurso da teoria da reprodução social na teoria marxiana	61
Gabriela Salcedo Figueira	61
Sobre colaborações, ciência e sociedade	72
Helena Antunes	72
Ciência e Tecnologia: ao serviço do <i>Big Data</i> e da Psicopolítica	77
Maria João Vaz	77
Estudantes Notas Biográficas	84

Apresentação

O presente *e-book* reúne textos que decorrem das apresentações realizadas no âmbito dos trabalhos doutorais. São, na maioria, textos de estudantes atualmente em várias fases do Programa Doutoral em Sociologia, incluindo ensaios realizados nas unidades curriculares, ao longo do primeiro semestre letivo de 2020-2021.

Iniciadas em 2019/2020, em sequência de várias outras atividades similares, as Jornadas Doutorais em Sociologia são organizadas pela Direção do Curso, com envolvimento direto do Núcleo de Estudantes de Doutoramento em Sociologia. Estas jornadas pretendem ser, por um lado, um espaço para a apresentação, debate e divulgação dos projetos de investigação doutoral em curso e, por outro, um espaço de interação e de discussão científica sobre um assunto que remete para questões sociais estruturantes e de elevada centralidade no pensamento científico sociológico.

A convocatória para que o debate nestas Jornadas Doutorais em Sociologia 2021 se debruçasse sobre a relação entre ciência e política está marcada pela experiência global da pandemia. A relação entre ciência e política retoma a questão duplamente pertinente: por um lado, do ponto de vista do aprofundamento do conhecimento teórico do fenómeno; por outro lado, do ponto de vista da implicação e da relevância social desta relação que os teóricos sociais sempre trataram como complexa e vulnerável, tanto nos sistemas totalitários, como nos sistemas democráticos.

Atravessamos, em plena crise COVID-19, um período particularmente crítico para a observação, tanto da simbiose, como da tensão entre os dois “sistemas”, entendendo estes na perspetiva de Luhmann (2009) - sistemas abertos, autopoieticos, auto e hetero referentes. Por todo o mundo observamos como esta articulação entre ciência e política adquire formas muitas distintas, conforme a qualidade do diálogo democrático e as ideologias dominantes.

Em alguns casos, a ciência e os cientistas passaram para segundo plano. Noutros, a ciência foi protagonista e garantiu diferenças e singularidades nas metodologias de diagnóstico da crise e definição de medidas de intervenção, embora tenha instalado dúvidas e gerado controvérsias e incertezas. Em grande parte, o quotidiano nestes últimos dois anos foi sendo construído e reconstruído explicitamente a partir da observação destas relações profundamente mediatizadas e escrutinadas, algumas indicativas de modos menos democráticos de entender os contributos e os benefícios coletivos da ciência.

Em Portugal, a ciência foi desde o início da pandemia um sistema de apoio fundamental às decisões políticas e, na altura dominada pelo desconhecido acerca da perigosidade do vírus e da capacidade de os sistemas de saúde responderem ao contágio, a política demonstrou no espaço público a sua quase dependência face à ciência. À medida que a própria ciência, apoiada pela política, foi sendo capaz de

produzir respostas inovadoras à crise, em muitas áreas, para além das mais mediatizadas, como as da produção de equipamento médico e a descoberta e aplicação das vacinas, a política foi retirando do espaço público o compasso de espera pelo pronunciamento da ciência, instituindo terrenos de larga controvérsia, como a que marca a delimitação dos públicos para a administração das vacinas.

Tal como propõem Gibbons *et al.* (1995) e vários outros autores centrais nos estudos sociais da ciência (Jasanoff *et al.*, 1995), toda a ciência é social e os desafios que enfrenta, por mais especializados que possam parecer, são sociais. Envolvem dimensões sociais fundamentais considerar na tomada de decisão, sob risco de as sociedades entrarem em espirais de desigualdade, separatismos e clivagens.

O desafio de pensar a ciência e a política é também o desafio de pensar as orientações de política científica e as prioridades da mobilização de todas as áreas científicas na promoção de respostas completas e responsáveis a esses problemas. Com estes pressupostos em mente, as Jornadas contemplaram um [programa](#) estruturado em três blocos distintos de reflexão e de debate: i) mesas redondas destinadas à análise e ao debate sobre a relação entre a ciência e a pandemia, ii) empregabilidade e usos do doutoramento em Sociologia e iii) apresentação e discussão dos resultados dos trabalhos doutorais, tendo em conta o ano de frequência do programa.

No primeiro bloco, a mesa inicial intitulou-se “Interdisciplinaridade na gestão da pandemia COVID-19”. Participaram como oradoras principais nesta sessão, Teresa Leão, investigadora no Instituto de Saúde Pública, da Universidade do Porto e Ana Nunes de Almeida, investigadora no ICS, da Universidade de Lisboa. Nesta sessão foi frisado o cuidado a dar às representações, práticas e discursos sociais da ciência durante a pandemia. O debate sublinhou ainda a pertinência do trabalho interdisciplinar na investigação sobre os ritmos e as consequências da pandemia. Nesta mesa foi enfatizada a necessidade de a ciência e a política serem mais participativas, promoverem o envolvimento dos cidadãos e das cidadãs na tomada de decisão, evitando medidas que não contemplem a especificidade de grupos, regiões ou comunidades.

A segunda mesa-redonda teve como título “Sociologia Pública: relações com a política”. Mantendo o alinhamento do debate acerca da relevância social da ciência, foi debatido o papel da Sociologia, enquanto ciência social. Estiveram presentes nesta mesa Paulo Peixoto, professor na Universidade de Coimbra e investigador do CES e também José Luíz Ratton, professor e investigador na Universidade Federal de Pernambuco. Voltando a questões centrais na história da disciplina, esta mesa-redonda deu ênfase à necessidade de a Sociologia produzir conhecimento com impacto social, voltado para a desconstrução dos problemas e para a abertura de perspetivas sobre as melhores decisões a tomar, particularmente em momentos complexos, como o da pandemia COVID-19. Neste caminho, foi salientada a importância do aprofundamento dos métodos de investigação em Sociologia.

Rafaela Granja, investigadora na Universidade do Minho, foi a convidada de um dos blocos destinados à discussão dos percursos profissionais em investigação, estabilidade contratual e acesso a meios de

financiamento. Numa sessão muito participada pelos colegas do Programa Doutoral em Sociologia, ficaram evidentes os dilemas e as dificuldades do emprego científico nas áreas das Ciências Sociais e, mais especialmente, na Sociologia em Portugal, um facto que tem consequências imediatas no tipo de investigação e de preparação do país, face a desafios futuros. O reforço do financiamento à investigação doutoral e o incremento de lugares de investigador/a foram apontadas como medidas essenciais a integrar as decisões de política científica no país.

Na senda do seu desígnio central, este *e-book* compila os textos das comunicações preparadas no âmbito das teses doutorais, entre os quais alguns coautorados pelos/as orientadores/as científicos. Apresentamo-los no *e-book* seguindo a ordem do programa das jornadas e tendo em conta o ano de frequência dos estudantes.

Os primeiros dois textos são assinados por estudantes que estão com a tese doutoral no seu término—Zênia Tavares e Márcia Silva. A primeira debruça-se sobre a “Comida de verdade à mesa? Alimentação, conhecimento e política”, explicitando, justamente a qualidade das tomadas de decisão na área alimentar no Brasil e os efeitos negativos de políticas voltadas para a extração de lucros imediatos que causam empobrecimento e, sobretudo, incrementam o potencial de problemas de saúde em populações mais pobres e menos informadas.

A perceção pública da ciência acompanha, embora de forma implícita, o texto de Márcia Silva, que interroga, fundamentalmente, as políticas de turistificação da cidade do Porto e as suas implicações para os residentes, propondo a necessidade de envolver mais os habitantes nas tomadas de decisão sobre estratégias de mitigação dos impactes associados à industrialização do turismo.

Seguem-se mais três textos da autoria de estudantes que, à data das jornadas, encontravam-se a frequentar o primeiro e o segundo ano do Programa Doutoral e com trabalho empírico realizado: Laura Neiva, Luísa Salamanca e Nuno Nora.

No texto “*Big Data* na investigação criminal: reflexões sociológicas e orientações para o futuro”, Laura Neiva, em conjunto com a orientadora, Helena Machado, define o conceito de *Big Data*, propondo uma análise detalhada sobre a rede de significados que este termo adquire no presente e no futuro das sociedades, principalmente na ótica das tecnologias de controlo e vigilância.

Luísa Salamanca assina um ensaio sobre “As ciências sociais em tempos de pandemia”, destacando a mobilização dos investigadores e das investigadoras nesta área para o aprofundamento dos riscos e das consequências políticas e sociais da pandemia, particularmente em relação às novas desigualdades sociais e vulnerabilidades a nível mundial.

Nuno Nora produz, em conjunto com a orientadora, Ana Paula Marques, um texto intitulado “Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou “turning point” rumo à profissionalização” que se debruça sobre as empresas familiares em Portugal e no qual se procura discernir até que ponto estas empresas estão em processo de profissionalizar as lideranças, demonstrando os efeitos e as implicações que daí advêm.

O *e-book* prossegue com textos produzidos por estudantes do primeiro ano que, à data das jornadas, tinham acabado de realizar o primeiro semestre de aulas.

Gabriela Salcedo escreve o texto “Entendendo o percurso da teoria da reprodução social na teoria marxiana”. Como o título indica, a autora desenvolve um ensaio em que procura o entendimento de conceitos marxistas, realizado pela abordagem da teoria da reprodução social (TRS). Nessa corrente teórica, a exploração, a dominação e a opressão sobre as mulheres são entendidas como parte da reprodução do ordenamento social do capitalismo.

Helena Antunes no texto “Sobre colaborações em ciência e sociedade” apresenta de forma sucinta os principais modelos teóricos de compreensão das relações entre ciência e sociedade, discorrendo sobre as suas características, vantagens e desvantagens. Enuncia, designadamente, os desafios que enfrentam as instituições de ensino superior, face à capacidade de influenciar a política.

Maria João Vaz em “Ciência e tecnologia: ao serviço do *Big Data* e da Psicopolítica” estabelece as principais coordenadas do conceito *Big Data*, propondo um olhar sobre a adequabilidade do conceito de biopolítica para pensar a forma como as ferramentas de *Big Data* podem desencadear fenómenos de controlo, cujas consequências estão por discernir.

Referências

Gibbons, M. *et al.* (1995). *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Sage Publications.

Jasanoff, S., G.E. Markle, J.C. Petersen & Pinch, T. (1995). *Handbook of science and technology studies*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Luhmann, N. (2009). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Editora Vozes.

Emília Araújo, Helena Machado e Joaquim Costa
(Direção do programa Doutoral)

Comida de verdade à mesa? Alimentação, conhecimento e política

Zênia Tavares

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

A questão alimentar é um dos principais desafios na atualidade, revelador não só da mundialização do capitalismo contemporâneo, mas também do caráter político que assume nacional e internacionalmente a produção, circulação, distribuição e consumo dos bens alimentares e comestíveis. O sistema alimentar brasileiro passou por transformações importantes nas últimas décadas, que vão desde o campo até chegar à mesa do/a consumidor/a. Assim, o texto tem como escopo discutir o conceito de comida de verdade e os desafios que o sistema agroalimentar atual impõem para a concretização da alimentação saudável, tendo em vista as dimensões socioculturais da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: consumo, políticas públicas, SISAN, sistema agroalimentar; ultraprocessados.

Introdução

Nas últimas décadas, o sistema alimentar brasileiro passou por transformações importantes que vão desde o plantio, a criação animal, a industrialização, a comercialização até chegar à mesa de quem consome, o que faz da questão alimentar um dos principais desafios na atualidade, revelador, não só da mundialização do capitalismo contemporâneo, mas também do caráter político que assume nacional e internacionalmente a produção, a circulação, a distribuição e o consumo dos bens alimentares e comestíveis. Esse debate qualifica as políticas de segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar como uma problemática mundial, que traz à discussão o que é servido à mesa como comida de verdade. O alimento ou os produtos comestíveis postos no prato são reflexos globalizados das questões económicas, sociais, culturais, geográficas e políticas do capitalismo contemporâneo. Assim sendo, podemos assumir que o consumo de alimentos e produtos comestíveis é influenciado por todas estas controvérsias, materializadas na indústria alimentar. Tal significa que as escolhas de quem consome ficam condicionadas aos meios acessíveis enquanto grupos e indivíduos, o que lhes retira a soberania de compra. As desigualdades sociais e a concentração de renda, no caso do Brasil (um dos países mais desiguais do

mundo) são fatores que interferem fortemente nas condições de acesso e na qualidade da alimentação da população.

Com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população brasileira, mudanças importantes ocorreram no Brasil após a sua redemocratização. Diferentes conselhos de políticas públicas foram criados, entre eles, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O Consea é um espaço democrático e de concertação, no qual representantes de governo e sociedade exercem função voluntária, não remunerada com vista ao aprimoramento das políticas públicas para garantir a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país. Assim sendo, particularmente no período de 2003 a 2016, o Brasil vivenciou de forma mais efetiva a experiência de juntos, governo e sociedade, formularem propostas de construção de novas políticas públicas ou de apoio às já existentes, com vistas a garantir alimentação saudável para população. Entre essas propostas estão a inserção do direito à alimentação na constituição Federal, a aprovação da Lei Orgânica, a Política e o Plano Nacional de SAN; Programas e planos direcionados à agricultura familiar, como os Programas de Convivência com o Semiárido; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e o Guia Alimentar da População Brasileira (Consea, 2015, 2017; Recine *et al.*, 2019).

Apesar da grande relevância do Consea na concepção de políticas públicas de combate à fome e às desigualdades no país, com reconhecimento internacional, uma das primeiras decisões do Governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, foi a extinção do Consea Nacional. Essa medida contribuiu para agravar a situação de insegurança alimentar e a fome no país, uma vez que o desaparecimento do Consea Nacional cessou um espaço institucional para controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que atendam o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). É importante sublinhar que mesmo com as diversas ações públicas na política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, em grande medida a partir de proposições das Conferências de SAN e do Consea Nacional, essas não foram suficientes para impedir o avanço progressivo do consumo de produtos artificiais, comercializados como alimentos, nomeados de produtos ultraprocessados. Esses produtos que têm como aliados o sistema agroalimentar dominante e o agronegócio, têm impactos negativos na saúde, no meio ambiente e na sociedade (Azevedo, 2021; Belik, 2020; Brasil, 2014; IBGE, 2020; Martinelli & Cavalli, 2019).

O sistema agroalimentar dominante, moderno ou convencional, o agronegócio e os produtos ultraprocessados são responsáveis por desigualdades sociais, mudanças e desequilíbrios ambientais, assim como são causadores da fome, da insegurança alimentar e do aumento de doenças não transmissíveis, como a diabetes, o cancro e a obesidade (Azevedo, 2021; Brasil, 2014). A criação de complexos agroindustriais e a industrialização transformaram os alimentos numa das mercadorias de consumo globalizado, substituindo cada vez mais os produtos *in natura* locais pelos industrialmente ultraprocessados. Esses produtos fazem parte da lógica produtiva com fins de gerar lucro e acumulação

de capital, independentemente das consequências que acarretem para a população e a natureza. Assim, suscitar vida e saúde não parece ser o escopo principal da produção capitalista de alimentos. Por outras palavras, a sua finalidade não é proporcionar soberania e segurança alimentar, mas dependência face a produtos comestíveis de baixa qualidade, com vida útil longa, comercializados maioritariamente em grandes redes de supermercados que têm o poder de definir o que deve ser produzido, industrializado e quais os produtos e alimentos a serem comercializados (Belik, 2020; Peres & Matiole, 2020).

Ao disponibilizar uma grande variedade de produtos, a indústria de alimentos e as grandes redes de supermercados, com grande participação da publicidade, influenciam nas escolhas alimentares da população. A influência é maior em virtude da falta de conhecimento sobre o alimento que está comendo e o que é a alimentação saudável. Esse desconhecimento contribui para a redução no consumo de alimentos naturais, tanto no meio urbano como no rural, igualmente para o aumento do consumo de industrializados oriundos de grandes corporações, o que provoca padronização e monotonia na alimentação. Diante do exposto, o texto objetiva discutir o conceito de comida de verdade e os desafios que o sistema agroalimentar atual impõe para a concretização da alimentação saudável, tendo em vista as dimensões socioculturais da SAN.

Conceito de comida de verdade

O conceito de comida de verdade foi construído coletivamente durante anos nas plenárias do Consea Nacional, e após ter sido discutido amplamente na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (onde reuniram representantes de governos e diferentes segmentos da sociedade), culminou com uma extensa definição, chegando à conclusão que “Para comer comida de verdade, é preciso conhecer a verdade sobre a comida!” (CONSEA, 2015, p. 29). Assim, em defesa da soberania alimentar e da necessidade de efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável para todos os povos do mundo, foi estipulado que:

Comida de verdade é a salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo curso da vida. Respeita o direito das mulheres (...) protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade (...) É produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes (...) Garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético (...). É aquela que considera a água alimento. É

produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses do mercado (...) é caracterizada por alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo (CONSEA, 2015, p. 28).

É um conceito longo, complexo e desafiante, que traz, na sua essência, a necessidade de observar as várias dimensões da comida, nos seus diferentes aspetos. O conceito diz que a comida de verdade é aquela que, além de promover a nutrição e a saúde, é popularmente consumida e faz parte da história alimentar da população brasileira. É oposta ao artificialismo presente nos produtos comercializados e consumidos como alimentos, ou seja, às formulações industriais com base em cinco ou mais ingredientes, entre eles o trigo, a soja e o milho, identificados de ultraprocessados¹. São produtos ricos em calorias, açúcar, gorduras, sal e aditivos químicos, com sabor realçado e maior prazo de validade (Brasil, 2014). Também é afirmado que a comida de verdade é socialmente justa e não está sujeita aos interesses do mercado. No entanto, no cenário atual, o alimento é considerado cada vez mais como uma mercadoria, um produto, fruto da intensificação do trabalho produtivo, industrialização e globalização do sistema agroalimentar. Tratar o alimento como mercadoria causa distanciamento e desconhecimento de como é produzido, além de interferir nos modos de viver, na cultura alimentar, no cozinhar e comer da população, afetando fortemente a sua soberania e segurança alimentar e nutricional.

A criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com interlocução direta a outras políticas públicas afeitas ao tema fez do Brasil referência na área de SAN. É importante destacar o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos com o objetivo de incentivar a produção proveniente da agricultura familiar mediante apoio técnico e financeiro, tendo em vista o desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo à promoção do acesso à alimentação saudável. Além das políticas públicas focalizadas para grupos específicos, como o Pronaf e o PAA, a mais antiga política pública de alimentação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também contribui para a valorização da agricultura familiar.

O PNAE determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar e empreendedores rurais, priorizando os assentamentos de Reforma Agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. A respeito desse esforço, nos últimos anos, essas políticas têm passado por um processo de fragilização e/ou desmonte, uma vez que progressivamente há uma redução nos recursos que lhes são destinados. Tal significa menos condições para produzir e comercializar comida

¹ Exemplos desses produtos: biscoitos, sorvetes e guloseimas; bolos; cereais matinais; barras de cereais; sopas, macarrão e temperos "instantâneos"; salgadinhos "de pacote"; refrescos, refrigerantes e achocolatados; iogurtes e bebidas lácteas adoçadas; bebidas energéticas; caldos com sabor a carne de frango ou legumes; maionese e outros molhos prontos; produtos congelados e prontos para consumo (massas, pizzas, hambúrgueres, nuggets, salsichas etc.); pães de forma, pães doces e produtos de panificação que possuem substâncias (Brasil, 2014).

de verdade, além de favorecer o aumento progressivo no consumo de produtos ultraprocessados, principalmente nas regiões mais pobres e estratos sociais de menor capacitação financeira do país, como é o caso do Nordeste do Brasil (Belik, 2020; IBGE, 2020; Rede Penssan, 2020; Schottz, 2017).

Com o aumento no país de instalações de indústrias de alimentos ultraprocessados, com grandes empresas de massas e embutidos, constata-se que o Estado contribui para que “alimentos” artificiais cheguem à mesa da população, o que fere o princípio do DHANA. Nos últimos anos, a população brasileira tem comprado mais refeições prontas ou produtos processados e ultraprocessados. Segundo dados do IBGE (2020), em 16 anos, o consumo de ultraprocessados subiu 46%. Fatores como falta de tempo, preço atrativo e exposição à propaganda influenciam nessa mudança de hábito alimentar.

A concentração da comercialização de alimentos em grandes redes de supermercados é significativa para o consumo de ultraprocessados, uma vez que esse setor disponibiliza uma variedade enorme desses produtos à escolha do/a consumidor/a. Os supermercados surgiram no Brasil na década de 1950, e seguiu dominando o setor de varejo, o que o caracteriza como a expressão máxima da relação entre o agronegócio e a indústria de alimentos ultraprocessados (Peres & Matioli, 2020). Pesquisa realizada sobre o sistema alimentar brasileiro e as suas contradições (Belik, 2020) revelou que o supermercado é responsável pela comercialização de quase todos os itens de alimentos, dominado por três grandes grupos empresariais, a saber: o Carrefour e o Pão de Açúcar, administrados por multinacionais francesas, e o Wal-Mart, empresa americana. A chegada da pandemia da COVID-19 impulsionou as vendas nessas corporações no Brasil, contribuindo para o aumento do consumo de ultraprocessados. Esse cenário compromete e fragiliza a produção de pequenos produtores, interferindo na continuidade do comércio local, impedindo que as negociações sejam determinadas de forma desigual e favorecendo as grandes empresas do setor alimentício no país (Maluf, 2020; Martinelli & Cavalli, 2019; Peres & Matioli, 2021).

Deste modo, a comida de verdade gradativamente é desconsiderada, tanto no meio urbano como no rural. Há uma padronização no consumo alimentar concentrada em apenas alguns itens, produzindo monotonia alimentar, o que mostra a falta de conhecimento da população sobre alimentação saudável, assim como evidencia a ausência de políticas públicas que estimule a preservação da biodiversidade e conservação do patrimônio alimentar (Belik, 2020). Essa constatação também mostra que cada vez mais o/a consumidor/a está distanciado/a e desconhece quem produz o seu alimento. A relação pessoal entre quem compra e quem vende os produtos é perdida, uma vez que ao comprar tudo no supermercado, principalmente alimentos *in natura*, a relação consumidor-produtor desaparece. Diferentemente do que ocorre ao comprar diretamente ao/à agricultor/a familiar em feiras livres, especialmente feiras de produtos oriundos da produção orgânica de base agroecológica.

A comida de verdade e a agroecologia

Ter comida de verdade no prato exige transformações no sistema alimentar. A adoção da prática agroecológica, com necessário incentivo financeiro e técnico por parte do Estado é um forte recurso para promover e materializar o DHANA, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. No entanto, ao favorecer a produção local e cadeias curtas de comercialização, com redução de intermediários, a transição agroecológica enfrenta resistências daqueles que detêm o poder económico e político no atual modelo de sistema alimentar, e que têm a capacidade de intervir, influenciar na atuação do Estado e nas políticas, impor incentivos que estimulem e fortaleçam o sistema predominante vigente (Lopes *et al.*, 2021). Todavia, nos últimos anos, houve um pequeno avanço em relação às políticas públicas, tema frequentemente em debate e disputa, para agricultura familiar e camponesa, que motivou a produção de base agroecológica e lhe deu maior visibilidade. Nomeadamente no período de 2003 a 2016², ocasião em que foi permitida, pelos governos da época, maior participação de diferentes movimentos sociais em espaços de controle social e de concertação entre governo e sociedade civil³, com reconhecimento de direitos, o que tornou possível intervir na reformulação e formulação de políticas públicas no Brasil, resultando em ganhos significativos para população tanto do campo como da cidade, especificamente no que se refere à produção, acesso e consumo de alimentos.

As políticas públicas instituídas nas duas últimas décadas foram e são fundamentais na estruturação de alternativas económicas para a agricultura familiar e camponesa. O PAA contribui para combater a fome ao atender pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável no campo (Grisa, 2015; Porto, 2014; Schmitt & Grisa, 2013). Com isso, esse programa articulado com outros, a exemplo do PNAE, evidencia que é possível realizar uma outra economia no campo, suscita o respeito pelas diferenças e preservação de conhecimentos tradicionais, relacionados com as práticas culturais e alimentares locais, em detrimento da padronização alimentar motivada pelo consumo massificado de produtos comestíveis industrializados (ultraprocessados), desconhecidos por muito tempo dos hábitos alimentares de parte da população. São comercializados através de cadeias longas de abastecimentos, advindos sob influências de grandes indústrias alimentícias multinacionais, com um apelo agressivo de publicidade e propaganda através da mídia nacional, acarretando danos ambientais, ao usar de forma insustentável os recursos naturais no processo de produção, como também prejuízos sociais, ao marginalizar os/as agricultores/as e elevar a pobreza no campo. Outro agravante atual é o das desigualdades sociais, aprofundadas pela pandemia, o que dificultou o acesso a alimentos, provocou o aumento da fome, ao mesmo tempo que ampliou o

² Período correspondente aos governos de coalizão, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), ambos do Partido do Trabalhadores (PT). O governo Dilma sofreu *impeachment* no segundo mandato, em 31 de agosto de 2016.

³ A Constituição de 1988 ocasionou novos espaços de participação social bem como reconheceu direitos da população brasileira, resultado das lutas sociais em diferentes categorias como: género, racial, idoso/a, consumidor/a.

consumo de ultraprocessados. Essa conjuntura demonstra a urgência de questionar, refletir e viabilizar outros caminhos para enfrentar os desafios que assegure o acesso a alimentação saudável, ou seja, à comida de verdade.

Caminhos para o acesso e o consumo à comida de verdade

A falta de conhecimento por parte significativa da população sobre as consequências provenientes do consumo de produtos ultraprocessados faz com que menos pessoas tenham condições de pautar debates públicos de interesse populacional, não só em relação à saúde como também ao meio ambiente, à economia e às questões sociais. O vácuo deixado em relação ao pouco (ou ausência de) conhecimento por parte da população permite que a indústria, fabricantes de ultraprocessados em articulação com o Estado, manipulem políticas públicas, muitas vezes usando a ciência (ao financiar pesquisas com interesses próprios), em favor de produtos comestíveis, enriquecidos com nutrientes e micronutrientes, não reconhecidos como comida de verdade, mesmo que procurem parecer-se cada vez mais com a natureza.

A indústria alimentícia invade cada vez mais a sociedade e as pesquisas científicas que desenvolvem investem recursos importantes na publicidade e propaganda dos seus produtos, com isso criando novos hábitos de consumo e estilos de vida (Esteve, 2017; Nestle, 2019). Presentes no simples ato cotidiano de comer, realizado quase sempre de forma espontânea e silenciosa, mas com efeitos econômicos, ambientais e sociais intensos e na cultura alimentar.

O alimento antes de ser consumido, melhor dizendo, desde o preparo da semente até chegar ao prato servido à mesa, atravessa um caminho formado por etapas relacionadas entre si, que ao mesmo tempo afeta a saúde e os hábitos alimentares e interfere nas questões econômicas, políticas e na vida social de uma sociedade. A forma de produção, circulação e o consumo de alimentos atual afeta a sociedade e compromete o futuro do planeta. Essa é uma ação que necessita de ser refletida e politizada no sentido de estimular e fortalecer a produção de comida de verdade, ou seja, tornar acessível a alimentação adequada e saudável, direito humano básico, reconhecido na Constituição Federal do Brasil.

Num curto período de tempo, o Estado brasileiro vivenciou uma maior participação popular na formulação, implementação e execução de políticas públicas, com temas antes invisibilizados por governos, mas importantes no combate à pobreza e à insegurança alimentar (má alimentação e fome), e na promoção do desenvolvimento. Nesse período, foram elevados os investimentos na produção de alimentos oriundos da agricultura familiar e camponesa e na produção agroecológica. Vale salientar que os recursos destinados ao agronegócio sempre foram superiores aos destinados à agricultura familiar, mesmo considerando que a agricultura familiar e camponesa é responsável por uma expressiva produção de alimentos que abastece a população brasileira. Observa-se atualmente uma significativa redução nos recursos destinados à produção da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia ao mesmo tempo que são realizados grandes investimentos para expandir e fortalecer o agronegócio com políticas agrícolas e econômicas


direcionadas para esse segmento, com liberação de uso indiscriminado de agrotóxicos, concentração de terras, redução de impostos, permissão da expansão das fronteiras agrícolas, acarretando uma ampliação das desigualdades sociais, com sérias agressões ao meio ambiente (Maluf, 2020).

Portanto, programas como o PAA e o PNAE questionam o atual sistema agroalimentar e apontam caminhos para evitar a exclusão de agricultores/as familiares com o estímulo à produção de uma agricultura sustentável de base agroecológica que promove o desenvolvimento rural. Além disso, fortalece a cultura alimentar, ao produzir e garantir na mesa e no prato da população alimentos que trazem seus significados simbólicos, afetivos, históricos, económico e social. Isto significa, possibilitar que seja servida à mesa comida de verdade, saúde e vida, tanto para quem produz, como para quem consome.

Mudanças individuais no consumo alimentar são relevantes, mas é necessária mudança estrutural, tendo em vista que as escolhas e compras de alimentos saudáveis dependem do que oferece o ambiente alimentar, que por sua vez decorre de ações políticas em todo sistema agroalimentar. Os avanços no campo da SAN no Brasil, fruto da mobilização social e sensibilidade política, proporcionaram ampliar e expor o debate sobre as estruturas de produção, distribuição e comercialização de alimentos e o seu rebatimento no desenvolvimento sustentável. Também tornou oportuno questionar a qualidade da alimentação e a necessidade de conhecer o que está por trás do que comemos. É imprescindível conhecer a verdade sobre a comida, o que demanda reconhecer que alimentação e política andam juntos, tendo em vista a centralidade que o alimento deve ocupar na sustentabilidade ambiental e humana da vida. Desta forma, conhecimento crítico, interesse e compromisso configuram possibilidades concretas em reverter atuais tendências do mercado alimentar, para que comida de verdade seja servida à mesa.

Bibliografia

- Azevedo, E. (2021, 3 de maio). Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Retirado de www.diplomatique.org.br
- Belik, W. (2020). *Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições*. Ibirapitinga. Retirado de <https://www.ibirapitanga.org.br/>
- Brasil (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Consea. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2017). *Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Presidência da República.
- Consea. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2015). *Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de Verdade no Campo e na Cidade*. Brasília: CONSEA.
- Esteve, E. (2017). *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?* São Paulo: Expressão Popular.
- Grisa, C. & Porto, S. (2015). Dez anos do PAA: as contribuições e os desafios par o desenvolvimento rural. In: Catia Grissa e Sergio Schnaider, *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora de UFRGS.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil/IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lopes, H., Romano, J., Petersen, P. & Bittencourt, T. (2021, 3 de maio). Agro, um mau negócio. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Retirado de <https://diplomatique.org.br/agro-um-mau-negocio/>
- Maluf, R. (2020). *Comer em tempos de pandemia e após*. Retirado de <https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>.
- Martinelli, S. & Cavalli, S. (2019). Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciências & Saúde Coletiva*, 24, 4251-4261.
- Nestle, M. (2019). *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos*. São Paulo: Elefante.
- Peres, J. & Matioli, V. (2020). *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante.
- Peres, J. & Matioli, V. (2021, maio). O triunfo dos supermercados no Brasil da fome. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Retirado de www.diplomatique.org.br.
- Porto, S. (2014). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Internacional de Andalucia, Baeza – Jaén, Espanha.

- 
- Recine, E., Pacheco, M., Maluf, R. & Menezes, F. (2019, 11 de janeiro). Extinção do Consea: comida de verdade e cidadania golpeadas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Retirado de <https://diplomatique.org.br/extincao-do-consea-comida-de-verdade-e-cidadania-golpeadas/>.
- Rede Penssan (2021). *VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Petersen, P. (2013). Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: P. Niederle; L. Almeida; F. Vezzani (Eds), *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós.
- Schottz, V. (2017). *Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE): controvérsia sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O papel do turismo e da cultura na renovação das cidades: alguns pontos críticos

Márcia Silva

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Rita Ribeiro

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

Este breve texto pretende refletir, através de um olhar crítico, sobre o papel do turismo e da cultura na renovação das cidades. Com este propósito, discorre em torno de alguns dos desafios culturais que a atividade turística impõe aos territórios, particularmente às cidades, ao institucionalizar e normalizar apropriações culturais pela atividade turística.

Palavras-chave: cidade, cultura, renovação urbana, turismo.

Introdução

Desde meados dos anos oitenta do século XX, reconheceu-se no turismo urbano potencial de crescimento e desenvolvimento (Henriques, 2003a, 2003b). Se inicialmente, no século XIX, as cidades começaram a atrair turistas que se movimentavam para participar em eventos culturais, nomeadamente, concertos, espetáculos e exposições (Jurdana & Sušilović, 2006), atualmente o turismo urbano ganhou novos contornos e conquistou outros públicos com características sociodemográficas e socio-educacionais diferenciadas.

As cidades tornaram-se destinos “alternativos” entre si, dominadas pela exposição ao turismo cultural contemporâneo e não propriamente pelo turismo cultural “histórico” (Smith, 2006). Por outras palavras, se o turismo cultural histórico impulsionou as pessoas para viajar e conhecer a cultura e o património histórico de determinado território (Henriques, 2003a), o turismo cultural contemporâneo responde às exigências da instantaneidade do consumo do turista que procura, acima de tudo, experiências novas, marcantes e únicas (Richards & Wilson, 2006; Zheng *et al.*, 2020).

Neste sentido, o turismo contemporâneo, intrinsecamente associado à indústria cultural, tem vindo a diversificar-se através de diversos subsectores e subsegmentos, nomeadamente: o património edificado; os locais de artes cénicas; as artes visuais; os festivais e os eventos especiais; o património religioso; as comunidades indígenas e as tradições; as artes e os ofícios; linguagem; gastronomia; cultura popular; e atividades criativas. Estamos perante o que alguns autores (*e.g.* Henriques, 2003a, 2003b; Lopes & Alves, 2012) consideram ser um “novo” turismo urbano, uma vez que depende das construções mediáticas dos espaços, alimenta-se das redes sociais, da acessibilidade e das viagens *low cost*. Trata-se, de certa forma, de uma tipologia de turismo que não se dirige exclusivamente ao património, mas às experiências vocacionadas para a arte, as atrações lúdicas, a gastronomia e o espetáculo (Costa & Albuquerque, 2017). É importante destacar que o desenvolvimento da prática turística na cidade expandiu-se, entre outros fatores, devido à fragmentação e aumento do tempo de lazer e das férias, à preferência pelas férias individualizadas, ao incremento das viagens ao fim de semana, à melhoria dos acessos aos centros urbanos, ao desenvolvimento da tecnologia, à desregulação do setor aéreo, nomeadamente o *low cost*, à mudança dos gostos dos consumidores, à diversidade de destinos existentes e à melhoria das acessibilidades (Fortuna *et al.*, 2012; Poon, 1994).

Com o sucesso deste tipo de turismo, instigaram-se os destinos a associarem os seus recursos culturais e patrimoniais a eventos criativos e inovadores, de forma a proporcionar experiências memoráveis. Ou seja, assiste-se a uma clara aposta na aliança entre o poder económico, o poder simbólico e a capacidade de distinção (Jacques, 2003; Lopes, 2000). Falaremos a seguir de dois pontos centrais: i) do papel do turismo e da cultura na renovação das cidades; ii) e dos impactos do turismo na cultura.

O papel do turismo e da cultura na renovação das cidades

O turismo e a cultura tiveram um papel importante nas estratégias de desenvolvimento económico nas cidades históricas. Na prática, a partir da década de 1980, a cultura passa a ser vista como um instrumento de relançamento da economia urbana. Emergem, nesta fase, novos setores culturais que assumem um papel estratégico na renovação das cidades e das economias locais. Neste sentido, em 2002, Richard Florida, reconheceu na sua obra *The rise of the creative class*, a diversidade, a inovação e a criatividade como motores de desenvolvimento e crescimento social e económico das cidades.

Vários autores consideram a cultura e o turismo como “ferramentas” importantes para regeneração das áreas urbanas antes degradadas e no desenvolvimento económico das cidades (Barrera-Fernández *et al.*, 2019; Collins, 2018), contribuindo para atrair investimento público e privado, profissionais, consumidores e turistas (Mbhiza & Mearns, 2014). Podem referir-se como alguns dos principais benefícios dos programas de regeneração urbana baseados na cultura a criação de emprego, a

melhoria da qualidade de vida dos residentes, o desenvolvimento económico, a melhoria da imagem e do ambiente físico da cidade e a atração de novos negócios e indústrias (Mbhiza & Mearns, 2014; Shin, 2010).

Neste sentido, a regeneração urbana conduzida pela cultura e pelo turismo potenciou novas centralidades com renovadas funções (lúdicas, culturais e educativas), novas modalidades de comunicação e novos campos de ação das quais resulta a reconfiguração física, estética e simbólica das cidades (Santos Silva & Fortuna, 2001). *Grosso modo*, a regeneração urbana tem como finalidade melhorar o ambiente físico, a imagem da cidade e o bem-estar dos residentes (Mbhiza & Mearns, 2014), a fim de solucionar problemas urbanos, nomeadamente, a degradação do parque habitacional, a ineficiência dos transportes públicos e do tráfego automóvel e a regulamentação do uso do solo, entre outros.

No entanto, em causa está o desenvolvimento de uma economia assente na produção e comércio de símbolos e de novos espaços (Zukin, 1995). Tais espaços - como ruas, edifícios e espaços públicos - não estarão a ser preservados pelo seu valor patrimonial, mas sim pelo seu potencial como “cenário”, geralmente privatizado pela indústria do turismo para fins comerciais e recreativos (Ananian *et al.*, 2018). Estamos perante intervenções urbanas que concorrem para a produção de espaços e fachadas capazes de produzir sensações de encanto, espanto e admiração, e, assim, simular tradições e alimentar fantasias que deslumbram o visitante (Featherstone, 1997). São projetadas e criadas heterotopias, no sentido dado por Foucault (1984), que as define como espaços com potencial para o imaginário e a ilusão. Estamos perante o que Featherstone (1997) considera ser um esforço de recriação de um “sentido de lugar”, que já não existe, porque na pós-modernidade o lugar deixou de ser identitário, relacional e histórico e passou a ser local de circulação acelerada de bens e serviços.

Neste sentido, institui-se uma relação utilitarista e mercantilista do passado e da memória, consequência do turismo na cultura pós-moderna (Urry, 1994). Ou seja, perfeitamente alinhados com os princípios da exploração capitalista do espaço e do tempo da cidade, os símbolos representativos da identidade, os seus emblemas, as memórias, as histórias e o património são expostos no mercado através do *marketing* turístico, que não é mais do que a venda do próprio lugar, garantindo aos visitantes experiências assentes na identidade da cidade e dos seus modos de vida. A simulação do passado e a nostalgia tornam-se, por isso, argumentos de venda e integram as estratégias de *marketing*, tal como afirmam Lipovetsky e Charles (2004, p. 94):

Este regresso em força do passado constitui uma das faces do universo do hiperconsumo experiencial: já não se trata somente de ter acesso ao conforto material, mas de vender e comprar reminiscências, emoções que evoquem o passado (...). Ao valor de uso e ao valor de troca acrescenta-se, agora, o valor emocional-memorial associado aos sentimentos nostálgicos.

Pode-se, assim, falar de uma regeneração conduzida pela cultura. Ou seja, trata-se da regeneração de um determinado espaço urbano assente na preservação do capital social e cultural característico desse

lugar (Lak & Hakimian, 2019). Esta estratégia de desenvolvimento, ancorada na economia simbólica da cidade, manifesta-se na produção de novos símbolos e de espaços (Zukin, 1995). Neste sentido, o património e a cultura tornam-se instrumentos para a definição de uma identidade ou imagem de marca com elevado valor comercial (Peixoto, 2003). Estamos perante um “património económico” que recorre à mercantilização da cultura, na forma de *folclorização* de práticas e bens culturais e, frequentemente, da encenação das práticas sociais e tradições das comunidades (Jacques, 2003). Para tal, concorre a encenação dos vestígios materiais e imateriais que são convertidos em espetáculos virtuais (Silva, 2000), resultando em lugares considerados “palcos de sociabilidades espetacularizadas e de encenação da vida quotidiana” (Peixoto, 2003, p. 221). Esta ideia está bem patente na análise de alguns autores sobre a sociedade pós-moderna:

A tradição já não convoca à repetição, à fidelidade e à revivescência do que está feito: ela tornou-se um produto de consumo nostálgico ou folclórico, piscadela de olho ao passado, *objeto – moda*. Regula institucionalmente o todo coletivo, e o seu valor é somente estético, emocional e lúdico. O antigo pode causar furor, mas já não tem o poder de organizar coletivamente os comportamentos (Lipovetsky & Charles, 2004, p. 94).

Neste sentido, a cultura assume-se como elemento distintivo entre os destinos concorrentes (Remoaldo & Ribeiro, 2017), que veem na diferenciação cultural a única opção para competirem no mercado turístico (Smith, 2006). Entende-se, por isso, que as cidades compitam para melhorar a interação entre cultura, regeneração, desenvolvimento económico e renovação social (Martone & Sepe, 2011), numa estratégia de catalogar os espaços como “autênticos” e “únicos”.

As abordagens teóricas convergem para acentuar a ideia da transformação das cidades históricas em centros de consumo e entretenimento, sobrecarregadas de sinais e imagens que tornam todos os elementos da cidade em meros objetos de interesse ao “olhar turístico” (Featherstone, 2007; Urry, 2002). No fundo, sugere-se que o turismo, como metáfora da pós-modernidade (Bauman, 1999), se apropriou e capitalizou a singularidade, a identidade, a memória e a autenticidade do espaço. O desenvolvimento do turismo de massa rapidamente permitiu que as pessoas se esquecessem do que captou os primeiros turistas. A cidade histórica e o seu ambiente mudaram irreversivelmente (Wall & Mathieson, 2006), o que pode resultar no sentimento entre os residentes de nunca mais reconhecerem a sua cidade e as suas dinâmicas.

Os esforços concentram-se em propor respostas às necessidades dos turistas (Law, 1992), e isso implica que serviços e espaços outrora destinados à fruição diária dos residentes passem a ser serviços segmentados e “exclusivos” para a atividade turística. Desta forma, enquanto velhos edifícios são esvaziados das suas funções, para se oferecerem ao turista, modificam-se profundamente os modos de vida nos bairros, outrora marcadas pela densidade e intensidade das interações entre moradores e lojistas

(Batista & Pujadas, 2000). Com efeito, criam-se espaços homogeneizados e globalizados, destinados a satisfazer as necessidades dos turistas, ainda que se revitalizem tradições locais com o intuito de tornar comercial algum tipo de “autenticidade” (Pavel, 2017). Lipovetski e Charles (2004) apresentam com ironia esta paisagem semântica de fusões e confusões que se oferece ao turista, afirmando que:

«Jazidas» a explorar e a promover, os antigos edifícios são ocupados, reformados, transformados em centros culturais, museus, hotéis, teatros ou escritórios; os centros históricos das cidades são recuperados e animados, convertidos em produtos de consumo cultural e turístico. E vê-se, por todo lado, o aparecimento de parques de estacionamento, de cafés, de lojas de souvenirs, de espetáculos de animação folclórica. Na sociedade ultramoderna, o modelo de mercado e os seus critérios operacionais conseguiram imiscuir-se até na conservação do património. Figura do avanço do capitalismo cultural e da mercantilização da cultura, a valorização do passado é um fenómeno mais hipermoderno que pós-moderno (Lipovetsky & Charles, 2004, p. 92).

Na opinião de alguns autores (*e.g.* Henriques, 2003b) estes processos são fonte de despersonalização, descaracterização e artificialização. Na prática, resultam em profundas alterações nos territórios, mas também na vida dos residentes, nomeadamente degradação cultural, congestionamento, diminuição da qualidade de vida, excessiva comercialização da cultura, declínio das práticas culturais e a destruição do meio ambiente natural e cultural (Henriques, 2003b).

Deste modo, importa deixar presente que se, por um lado, o turismo pode potenciar a preservação da cultura, por outro, também pode levar à sua deterioração (Besculides *et al.*, 2002). Em relação aos impactes positivos, diversos autores (Andriotis & Vaughan, 2003; Besculides *et al.*, 2002; Butler, 1974; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Smith, 2006) apontam que o turismo: eleva a autoestima das comunidades locais e da sua cultura; fortalece a identidade cultural; preserva e/ou reintroduz tradições; desenvolve a oportunidade para o intercâmbio intercultural e educação mútua; destaca a singularidade e diversidade cultural; incentiva a proteção do património; aumenta o orgulho na própria cultura; aumenta a tolerância e a compreensão; potencia uma maior valorização dos recursos locais; proporciona uma maior diversidade na oferta cultural.

É certo, como afirma Butler (1974), que nem sempre estes impactes positivos são percecionados pelos residentes, pois nem sempre se identificam com determinadas tradições reintroduzidas exclusivamente para turistas ou, por exemplo, com diversos eventos ou acontecimentos que não são acessíveis aos residentes. Efetivamente, há vários impactes negativos que importa considerar (Diedrich & García-Buades, 2009; Santos, 2007; Smith, 2006; Wall & Mathison, 2006), nomeadamente: a perda de costumes e tradições; o aumento das atividades consideradas indesejáveis (prostituição, crime e consumo de drogas e álcool); o enfraquecimento dos laços de solidariedade e da coesão social; o aumento da

segregação social; a transformação da memória coletiva e social dos povos; a erosão gradual da língua resultante do contacto frequente com outras línguas que vai desenvolvendo novas formas de comunicar e se expressar que não retratam a forma de falar característica de determinado local; a mercantilização das tradições e da cultura; a produção massificada de bens tradicionais, entre outros.

Em suma, as comunidades locais e a sua cultura deparam-se com uma séria ameaça associada à alteração dos modos de vida e relações sociais. Deste modo, o declínio da identidade cultural, a diluição das tradições e a encenação da autenticidade pode resultar em conflitos culturais, com efeitos indesejáveis, tais como sinais de aculturação, conflito, turismofobia e xenofobia (Bescudis *et al.*, 2002; Nunkoo & Ramkinssoon, 2010; Smith, 2006).

É nesse sentido que os estudos tendem a destacar a necessidade de envolver os residentes no planeamento turístico (Sarmiento & Costa, 2011) de forma a permitir reposicionar a cidade histórica e a sua autenticidade (Snaith & Haley, 1999). Dito por outras palavras, importa garantir a mitigação dos impactes negativos do turismo de modo a potenciar um acolhimento harmonioso dos turistas, diminuindo, assim, as tensões entre residentes e turistas. Isto, porque, na prática, estas comunidades apresentam conhecimentos e aspetos particulares do seu quotidiano e do espaço que podem ser desejados preservar e valorizar, nomeadamente festividades e tradições, que planeadas e reguladas podem assumir-se como atrativos turísticos relevantes para o desenvolvimento do setor.

Notas conclusivas

Os estudos de caso e as sínteses teóricas tendem a propor que as cidades têm vindo a utilizar a cultura para se renovar e destacar no mercado turístico. Deste modo, assiste-se a intensos processos de renovação da cidade, mas também a uma certa “destruição criativa” da cidade, como refere Harvey (2001). Ou seja, estamos perante processos complexos e de elevada amplitude que propõem a criação de novos espaços, a aceleração do ritmo de vida e a produção e (re)criação dos modos de vida da comunidade e da cultura de determinado território. Na prática, trata-se de alguns dos riscos da exposição da cidade ao mercado turístico, designadamente, a criação de um ambiente de espetáculo, representação e encenação.

No nosso entender, o turismo e a cidade formam um conjunto de relacionamentos complexos que desafiam continuamente a cultura. Se, por um lado, assiste-se a forças políticas e empresariais que anseiam cada vez mais por um aumento das receitas, dos negócios e do lucro, insistindo em acolher um maior número de turistas e, assim, se destacarem também no mercado de turismo global, por outro, a cidade histórica transforma-se e r(v)ende-se ao mercado turístico. Na (não)convergência destas forças, a cultura continua a ser um conceito suficientemente elástico para servir como passaporte para a “autenticidade” e a “singularidade”.

Bibliografia

- Ananian, P., Perras, A. & Borde, M. (2018). Living in Old Montreal: Residents' perceptions of the effects of urban development and tourism development on local amenities. *The Canadian Geographer*, 20, 1-16.
- Andriotis, K. & Vaughan, D. (2003). Urban Residents' Attitudes Towards Tourism Development: The Case of Crete. *Journal of Travel Research*, 42, 172-185.
- Baptista, L. & Pujadas, J. (2000). Confronto e Entreposição: Os efeitos da metropolização na vida das cidades. *Forum Sociológico*, 3/4, 293-308.
- Barrera-Fernández, D., Bujalance, S. & Scalici, M. (2019). Touristification in historic cities: Reflections on Málaga. *Revista de turismo contemporâneo*, 7, 93-115.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Besculides, A., Lee, M. & McCormick, P. (2002). Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29, 303-319.
- Butler, R. (1974). The social implications of tourism developments. *Annals of Tourism Research*, 2, 100-111.
- Collins, B. (2018). Putting Culture on the Map: Media Discourse and the Urban Growth Machine in Koreatown, Los Angeles. *Urban Affairs Review*, 56, 1-35.
- Costa, C. & Albuquerque, H. (2017). Um modelo conceptual para o turismo urbano. In F. Silva & J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 409-422). Lisboa: LIDEL Edições.
- Diedrich, A., & Garcia-Buades, E. (2009). Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. *Tourism Management*, 30, 512-521.
- Featherstone, M. (1997) [1993]. Culturas globais e culturas locais. In C. Fortuna (Org.), *Cidade, Cultura e Globalização* (pp.83-103). Oeiras: Editora Celta.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure and everyday life*. New York: Basic Books.
- Fortuna, C., Gomes, C., Ferreira, C., Abreu, P. & Peixoto, P. (2012). *A cidade e o turismo-dinâmicas e desafios do turismo urbano em Coimbra*. Coimbra: Almedina.
- Harvey, D. (2001). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Sílabo.
- Henriques, C. (2003a). *Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Henriques, E. (2003b). A cidade, destino de turismo. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 19, 163-172.
- Jacques, P. (2003). Património Cultural Urbano: Espetáculo Contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 6, 32-39.

Jurdana, D. & Sušilović, Z. (2006) Planning city tourism development: Principles and issues. *Tourism and Hospitality Management*, 12, 135-144.

Kreag, G. (2001). *The Impacts of Tourism*. Minnesota Sea Grant: Sharon Moen.

Lak, A. & Hakimian, P. (2019). Collective memory and urban regeneration in urban spaces: Reproducing memories in Baharestan Square, city of Tehran, Iran. *City, Culture and Society*, 1877-9166.

Lipovetsky, G. & Charles, S. (2004). *Les Temps Hypermodernes*. Paris: Editions Grasset.

Lopes, J. (2000). *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.

Lopes, G. & Alves, S. (2019). Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: mais uma estratégia a concertar. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 99, 125-140.

Martone, A. & Sepe, M. (2011). Creativity, urban regeneration and sustainability: The Bordeaux case study. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 5, 164-183.

Mbhiza, M. & Mearns, K. (2014). Newtown Cultural Precinct driving tourism led urban regeneration within the Johannesburg inner-city. *African Journal of Hospitality*, 3, 1-8.

Nunkoo, R. & Ramkisson, H. (2011). Developing a community support model for tourism. *Annals of Tourism Research*, 38, 964–988.

Pavel, F. (2017). *Turismo e mercantilização da cidade. Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade*, 5, 1-28. Retirado de http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos/v1n5/5.2_Turismo_e_mercantiliza%C3%A7%C3%A3o_da_cidade.pdf

Peixoto, P. (2003). *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*. Apresentado no colóquio A cidade entre projectos e políticas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Poon, A. (1994). The “new tourism” revolution. *Tourism Management*, 15, 91-92.

Remoaldo, P. & Ribeiro, J. (2017). *O legado de Guimarães Capital Europeia da Cultura de 2012: a leitura dos residentes e dos visitantes*. Porto: Edições Afrontamento.

Richards, G. & Wilson, J. (2006). Developing creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture? *Tourism Management*, 27, 1209-1221.

Santos, J. (2007). Turismo e transfigurações culturais. *Tourism & Management Studies*, 3, 109-124.

Santos Silva, A.; Fortuna, C. (2001), As Cidades do Lado da Cultura: Espacialidades Sociais e Modalidades de Intermediação Cultural. In B. Santos, (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, 409 – 461.

Sarmento, J. & Costa, M. (2011). A percepção da mudança: o centro histórico de Trancoso. In N. Santos & L. Cunha (Org.) *Triunfos de uma Geografia Ativa – Desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia* (pp. 227-235). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Shin, Y. (2010). Residents' perceptions of the impact of Cultural Tourism on Urban Development: The case of Gwangju, Korea. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15, 405-416.

Silva, E. (2000). Patrimônio e Identidade: os desafios do turismo cultural. *Antropologias*, 4, 217-224.

Smith, K. (2006). *Issues in Cultural Tourism Studies*. London: Routledge.

Snaith, T. & Haley, A. (1999). Residents' opinions of tourism development in the historic city of York, England. *Tourism Management*, 20, 595-603.

Urry, J. (1994). Cultural change and contemporary tourism. *Leisure Studies*, 13, 233-238.

Wall, G. & Mathieson, A. (2006). *Tourism: Change, Impacts and Opportunities*. London: Pearson Education Limited.

Zheng, W., Jia, H., Linb, C., Wanga, W. & Yu, B. (2020). Using a heuristic approach to design personalized urban tourism itineraries with hotel selection. *Tourism Management*, 76, s/p.

Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Oxford: Blacwell.

***Big Data* na investigação criminal: “Imaginário Europeu” e orientações para o futuro**

Laura Neiva

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal

Helena Machado

Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Resumo

Por via de uma análise interpretativa e compreensiva do Regulamento Geral da Proteção de Dados 2016/679 e da Diretiva 2016/680, complementada por uma análise de discursos da Comissão Europeia que enquadram esta legislação, este texto reflete sobre o “Imaginário Europeu” em torno de *Big Data*, tecnologias e proteção de dados no contexto da investigação criminal. Analisamos o modo como são retratados os riscos e os benefícios das novas tecnologias nestes contextos e as controvérsias fluidas que surgem em torno de, por um lado, definir padrões de segurança e, por outro lado, gerir os impactos das tecnologias. Concluímos que as visões políticas expressam imaginários europeus de que a incorporação do *Big Data* e das tecnologias no combate ao crime auxiliará a investigação criminal. Esta análise permitiu mapear tendências europeias de “processos de governança” e identificar os imaginários sociotécnicos subjacentes que projetam e constroem simbolicamente “necessidades europeias” de riscos e benefícios em contextos de sociedades securitárias. Por fim, face aos dilemas ético-legais, sociais e políticos analisados, equacionamos pistas para o futuro da regulamentação de *Big Data* na investigação criminal.

Palavras-chave: *Big Data*, investigação criminal, imaginário europeu, enquadramento legal.

Introdução

Nos últimos anos constata-se um desenvolvimento das novas tecnologias ao serviço do policiamento e da investigação criminal, na procura de novas estratégias de combate ao crime. Neste contexto, a tecnologia de *Big Data*⁴ tem assumido crescente visibilidade sobretudo em termos de projeção

⁴ Neste texto o *Big Data* é concebido enquanto “tecnologia” ao invés de “técnica”, na medida em que, tratando-se de uma reflexão inspirada nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia percebe-se o *Big Data* não apenas como uma técnica (um sistema objetivo, por exemplo, um software de informática que cumpre determinada finalidade num contexto particular), mas como uma tecnologia que reflete o conjunto de conhecimentos em torno das técnicas que engloba, as suas práticas de manuseamento e as interpretações, expectativas e sentidos que lhe são conferidos (Chan & Moses, 2017).

do futuro do policiamento (Babuta, 2017; Neiva, 2020). *Big Data* caracteriza-se como um conjunto de técnicas que, através do cruzamento de informações policiais e outras bases de dados, calcula indicadores numéricos, visando definir estratégias de prevenção e combate criminal (Brayne, 2017). Atualmente verifica-se a sua crescente proliferação em várias esferas do sistema de justiça criminal, dado que a sua utilidade tem vindo a ser socialmente construída e projetada enquanto ferramenta que pode apoiar decisões sobre rumos e estratégias de investigação criminal (Drewer & Miladinova, 2017). São prementes expectativas relativamente ao seu potencial para previsões criminais (Joh, 2014; Miró-Llinares, 2020; Moses & Chan, 2018; Shapiro, 2019), alocação eficiente de recursos policiais (Hu, 2019; Joh, 2016; Kubler, 2017; Ridgeway, 2018) e tomada de decisões de justiça mais céleres (Brayne, 2017; Hu, 2019; Joh, 2014, 2016). No entanto, constata-se o surgimento crescente de literatura académica que acentua que a tecnologia de *Big Data* pode potenciar a expansão da vigilância massiva (Coll, 2014; Lyon, 2014) e, deste modo, contribuir para ameaçar direitos civis, liberdades e garantias fundamentais (Babuta, 2017; Lei, 2019).

Partindo do conceito de “imaginários sociotécnicos” proposto por Jasanoff e Kim (2009) entendido como “formas coletivamente imaginadas da vida e ordem social que se refletem na conceção e na realização de projetos tecnológicos ou de inovação científica” (Jasanoff & Kim, 2009, p. 120), visamos explorar os valores, sentidos e expectativas em torno de *Big Data* na investigação criminal no contexto da regulação da União Europeia. Concretamente, procedemos a uma análise do Regulamento Geral da Proteção de Dados da União Europeia 2016/679 (RGPD) e da Diretiva Europeia 2016/680 sobre o tratamento de dados pessoais na prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções. Esta análise é enquadrada e complementada com uma abordagem de discursos da Comissão Europeia. A recolha dos documentos foi *online*, dado o seu acesso público nos *sites* do Conselho Europeu⁵.

Concebemos os textos regulatórios e os discursos políticos como intrinsecamente implicados em visões coletivas reveladoras de interconexões entre tecnologia, cultura e política (Jasanoff & Kim, 2009). O objetivo é compreender como os dados e o *Big Data* são retratados nestes discursos e documentos, o modo como são projetados os compromissos políticos, sociais e éticos em relação ao *Big Data*, novas tecnologias e proteção de dados na legislação e discursos europeus sobre a investigação criminal, que noções de bem público e de cidadania emergem e como se conjugam princípios aparentemente contraditórios, como o da garantia da segurança e o da promoção da cidadania. Através da “análise dos argumentos” (Crawford,

⁵ Os documentos podem ser acedidos por via dos *links* seguintes: <http://data.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>,
<http://data.europa.eu/eli/dir/2016/680/oj>,
https://www.google.com/url?sa=t&rct=i&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjBxMnD1bLvAhXKNcAKHQZBD-MQFIAAegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fnewsroom%2Fjust%2Fdocument.cfm%3Fdoc_id%3D41689&usq=AOwVaw3l1vz355KPbeP61JT9TLw,
https://www.google.com/url?sa=t&rct=i&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=ria&uact=8&ved=2ahUKEwiMuvOD1rLvAhXMiVwKHSNDysQFjAAegQIAxAD&url=http%3A%2F%2Fpublications.europa.eu%2Fresource%2Fgenpub%2FPUB_DS0216739PTN.1.1&usq=AOwVaw3nYiWxHv5eAWA9YsPFG9zK

2004, p. 23) almejou-se compreender o modo como a cultura política democrática na Diretiva 2016/680, no RGPD e nos discursos da Comissão Europeia enquadram os objetivos, riscos e benefícios da inovação tecnológica no contexto da investigação criminal. Esta escolha metodológica (Crawford, 2004) possibilitou compreender as crenças, os fatores políticos e o poder de persuasão dos argumentos legais. Esta análise debruçou-se sobre os conceitos (não) presentes nos documentos, os apelos feitos em torno do novo arsenal legal e as crenças normativas. Este método permitiu a análise do desenvolvimento e evolução de argumentos legais, do modo como se (re)configuram, como produzem efeitos sociais e o progresso dos recursos em torno do fenómeno-tema em estudo (Crawford, 2004).

Pretendemos responder às seguintes questões de investigação: i) De que modo os dados e o *Big Data* são retratados na legislação?; ii) Que compromissos políticos, sociais e éticos em relação ao *Big Data*, novas tecnologias e proteção de dados são revelados na legislação europeia sobre a investigação criminal? iii) Que noções de bem público e de cidadania emergem neste contexto? e iv) Como se conjugam, na legislação, princípios potencialmente contraditórios entre segurança (proteção contra o crime) e cidadania (respeito pela dignidade humana e privacidade)? Esta análise é o ponto de partida para mapear tendências europeias de “processos de governança” e de negociação de criação, e de fluxos de dados como procedimentos formalmente determinados em políticas e procedimentos que controlam como os dados são geridos e acedidos, por quem, como, e com que finalidades (Mourby *et al.*, 2018, p. 232). Por outro lado, a um nível interpretativo e compreensivo, identificamos os imaginários sociotécnicos subjacentes que projetam e constroem simbolicamente “necessidades europeias” de riscos e benefícios em contextos de sociedades securitárias (Jasanoff & Kim, 2009). Por fim, face a estes dilemas ético-legais, sociais e políticos, equacionamos pistas para o futuro da regulamentação de *Big Data* na investigação criminal.

Enquadramento do *Big Data* na investigação criminal

Com a crescente produção de dados digitais, o *Big Data* possibilita a extração de conhecimento destas informações. Caracteriza-se por ser uma tecnologia que, através da recolha, análise e processamento de informação diversas, calcula índices para aferir de relações entre variáveis, com o objetivo de auxiliar tomadas de decisão. O *Big Data* tem-se tornado parte integrante de um ecossistema de dados que oferece, cada vez mais, possibilidades para integrar novos e diferentes dados. Consequentemente, instiga novas questões acerca da forma como a sociedade, as instituições e cidadãos processam estes dados e estas informações (Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013). Estas reflexões estendem-se ao campo da justiça criminal que, nos últimos anos, tem projetado a aplicação do *Big Data*, sustentando-se na construção social de que a tecnologia possibilita tomadas de decisões de justiça mais céleres, eficazes e eficientes. Discursos governamentais, a um nível global, enfatizam a utilidade da tecnologia, com argumentos centrados nas suas capacidades para desenvolver estratégias eficazes para garantir a segurança (Chan & Moses, 2017; Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013).

Simultaneamente, Departamentos Policiais em contexto internacional (Brayne, 2017; Joh, 2014; Lei, 2019) e europeu (Drewer & Miladinova, 2017; Kubler, 2017; Pereira, 2019) têm aplicado o *Big Data* por via da agregação de sistemas e bases de dados policiais, pela possibilidade de combinação de dados diferentes (Brayne, 2018), da digitalização de informações criminais e a crescente partilha de informações entre Departamentos (Brayne, 2017; Joh, 2014). Paralelamente a esta expansão futurista do *Big Data* no policiamento (Babuta, 2017; Brayne, 2017; Joh, 2014) e das crenças políticas mitológicas generalizadas (Boyd & Crawford, 2012; Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013) em torno da utilidade da técnica, assiste-se a uma consciencialização pública da proliferação crescente de bases de dados e informações pessoais disponíveis em várias plataformas como internet e dispositivos móveis, acoplada com a perceção de que estes desenvolvimentos possibilitam a utilização destas informações para fins não previstos ou não consentidos pelos seus dadores a um nível global (Gonçalves, 2017), desafiando os pressupostos democráticos europeus e dos Estados-nação. Esta conceção pública denota a necessidade de desenvolver modelos de governança responsáveis em torno da tecnologia (Mourby *et al.*, 2018), esclarecedores quanto ao modo como se processa, desde o acesso aos dados, aos resultados que produz e às interpretações que lhe são conferidas. A securitização crescente das sociedades contemporâneas e as atuais tendências abusivas de vigilância dos cidadãos (Coll, 2014; Lyon, 2014), através de, por exemplo, recentes possibilidades das autoridades policiais terem acesso a metadados telefónicos, têm suscitado receios de que o *Big Data* potencie a fragilização de princípios fundamentais das sociedades democráticas, como os de transparência e prestação pública de contas, que exigem a (re)formulação de regras éticas, legais e sociais.

Face a estas ansiedades públicas, constata-se a construção de um discurso político, a um nível geral, centrado na proteção de direitos, garantias e liberdades dos cidadãos (Cukier & Mayer-Schoenberger, 2013; Mann & Matzner, 2019; Mantelero, 2017; McDermott, 2017; Gonçalves, 2017), por via da criação de documentos legais que reforcem as garantias protetivas dos direitos humanos (Gonçalves, 2017; Mantelero, 2017), como o RGPD (2016/679) e a Diretiva (2016/680). Simultaneamente, verifica-se a proliferação de discursos (Comissão Europeia, 2016a, 2016b) que enquadram, sustentando, esta legislação como uma garantia que deve reforçar a confiança coletiva nas tecnologias e nas instituições de controlo. Estes documentos e discursos são concebidos como recursos culturais poderosos que moldam as respostas sociais à inovação, revelando os interesses políticos dos autores, concebidos como autoridades integrantes do governo com “monopólio efetivo sobre os regimes dos dados” (Ruppert *et al.*, 2017, p. 3). Como analisaremos, estas visões políticas expressam imaginários de que a incorporação do *Big Data* e das tecnologias no combate ao crime produzirá efeitos positivos na sua resolução, auxiliando a investigação criminal.

O *Big Data* não é uma realidade nova, o que é inovador e foco de análise neste texto é o modo como a sua expansão na investigação criminal se processa e é projetada do ponto de vista dos discursos

políticos e da legislação, bem como, os limites da sua aplicação. Pretendemos analisar estes dois últimos aspetos dado que, face às atuais controvérsias em torno das suas fragilidades na investigação criminal, nomeadamente, ao nível dos falsos positivos (Ferguson, 2015), correlações erradas (Hu, 2018; Joh, 2016) e má qualidade dos dados (Lei, 2019), é crucial compreender o modo como a política e os legisladores projetam o *Big Data* e regulamentam a sua utilização.

“Imaginário Europeu”

O modo como os imaginários europeus emergem na Diretiva 2016/680, no RGPD 2016/679 e nos discursos da Comissão Europeia (2016a, 2016b) em torno das novas tecnologias e da proteção de dados na investigação criminal, a forma como descrevem e antevêm os seus riscos, ajuda a compreender as perspetivas futuras da sua governança. Tendo como foco os riscos e benefícios apresentados nestes discursos políticos e o modo como estas tecnologias têm vindo a ser adotadas, é possível compreender a sua relevância política pública. Ambos os documentos e discursos foram enquadrados como uma resposta necessária face à inevitabilidade do progresso tecnológico, objetivando responder à necessidade de inovação dos meios securitários, para dar resposta às inseguranças, medos e riscos contemporâneos na Europa.

Os discursos da Comissão Europeia

A Comissão Europeia, aquando da publicação da Diretiva 2016/680 e do Regulamento Geral da Proteção de Dados 2016/679, pronunciou-se, esclarecendo o novo arsenal legislativo face à expansão da partilha de dados num contexto de desenvolvimento tecnológico sem precedentes nas diversas áreas. No âmbito da investigação criminal, visou-se reforçar a importância de assegurar as garantias protetivas dos direitos humanos, face à imersão do policiamento e repressão criminal num mundo tecnológico e mediado digitalmente. Consequentemente, face à publicação dos dois documentos legais, a Comissão Europeia (2016a, 2016b) referiu que dado o progresso das tecnologias digitais e considerando os seus benefícios na investigação criminal, elaborou recomendações que visam proteger as garantias fundamentais potencialmente lesadas nestes contextos.

Assim, descreve ambos os documentos legais como soberanos quanto ao regime de proteção de dados pessoais que preveem, projetando-os como elementos cruciais para a construção de uma Europa com um panorama protetivo de direitos humanos sólido e coerente (Comissão Europeia, 2016b). Referindo que os dispositivos tecnológicos e o *Big Data* se afiguram como essenciais para a execução da investigação criminal, devem ser utilizados por garantirem a segurança transfronteiras, projetando uma imagem social das tecnologias como promotoras da segurança (Comissão Europeia, 2016a). Face aos riscos inerentes e emergentes destas tecnologias, a Comissão Europeia vem reforçar a conceção de que foram criadas regras explícitas e concretas que procuram administrar estes impactos, minimizando-os. Nomeadamente, refere

que o RGPD (2016/679) e a Diretiva (2016/680) “permitirão partilhar tais dados de forma mais eficaz tanto a nível da União Europeia como a nível internacional, (...) [e] reforçarão a confiança e garantirão a segurança jurídica transfronteiras” (Comissão Europeia, 2016b).

Desta forma, este enquadramento e sustentações discursivas face à implementação de um novo regime legal de proteção de dados no contexto da investigação criminal possibilita compreender o modo como a fluidez das controvérsias em torno da projeção das novas tecnologias como recursos úteis na manutenção da ordem social, mas, simultaneamente, como possivelmente impactantes na esfera dos direitos humanos, emergem e são comunicadas. Os discursos da Comissão Europeia (2016a, 2016b) salientam o modo como as entidades políticas concebem os riscos e os benefícios da tecnologia enquadrados no contexto securitário europeu, exacerbando a perceção política das vantagens do *Big Data* na investigação criminal, face à neutralização dos seus impactos, projetando expectativas promissoras quanto à sua aplicação.

De uma forma geral, esta previsão legal é enquadrada sob argumentos semelhantes de outras tecnologias de combate ao crime, projetando fundamentos da sua aplicação para a contribuição de um espaço europeu que promova e defenda a liberdade, segurança e justiça (Bigo, 2008). Consequentemente, é possível compreender o modo como as políticas europeias apoiam e preveem o desenvolvimento do *Big Data*, que exigirá a mobilização de recursos materiais e organizacionais estatais, mas também, recursos do imaginário que permitem relacionar este tipo de políticas ao bem comum dos cidadãos (Jasanoff & Kim, 2009, p. 141). Por exemplo, neste caso, garantir a segurança nacional e a redução das taxas de crime, socorrendo-se do progresso tecnológico para aprimorar a investigação criminal.

A Diretiva 2016/680 e o Regulamento Geral da Proteção de Dados 2016/679

Vários estudos têm apontado de que a Diretiva 2016/680 e o RGPD (2016/679) não dão respostas às atuais preocupações em torno do *Big Data* no geral (Gonçalves, 2017; Mann & Matzner, 2019; Mantelero, 2017; McDermott, 2017) e na investigação criminal (Babuta, 2017; Neiva, 2020), desde logo porque não se referem à técnica. Embora utilizem conceitos como “tratamento automatizado”, “meios automatizados” e “decisões automatizadas” (a título de exemplo, artigo 2.º, n.º2, Diretiva 2016/680), não preveem especificamente o *Big Data*. No entanto, a definição de Big Data está implicitamente incluída na previsão de “tratamento” e “definição de perfis” do artigo 3.º, n.º2 e 4 da Diretiva 2016/680 e artigo 4.º, n.º2 e 4 do RGPD como “uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre [conjuntos de] dados pessoais, por meios [não] automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão (...)” e “tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizar esses dados pessoais para avaliar certos aspetos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos

relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações”. Os “dados pessoais” versam sobre a informação que é manuseada pelo *Big Data* (artigo 3.º, n.º 1 Diretiva 2016/680 e artigo 4.º, n.º 1 do RGPD): “(...) um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores em linha ou um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social (...)”.

O *Big Data* deve ser entendido, para efeitos da Diretiva 2016/680 e do RGPD (2016/679), como um conjunto de técnicas que possibilita o cruzamento entre (conjuntos de) dados pessoais, por meios automatizados de recolha, acesso, manuseamento e partilha de informações. Dada a inexistência de outros documentos regulatórios em torno do tema, estes são considerados como norteadores da aplicação do *Big Data*. No entanto, o RGPD (2016/679) refere não se aplicar ao processamento de dados para fins de aplicação da lei⁶, excluindo do seu âmbito de aplicação a proteção de dados nas atividades de segurança nacional (Samuel *et al.*, 2018, p. e20). Para esse fim, foi criada a Diretiva 2016/680 que prevê a proteção dos dados na investigação criminal.

A “rápida evolução tecnológica” referida pela Diretiva (2016/680) como mola propulsora para a sua criação permite compreender o modo como a expansão das bases de dados e tecnologias no policiamento materializam a aplicação da ciência e da tecnologia nos objetivos securitários (Jasanoff & Kim, 2009), denotando a necessidade de modernização e adaptação aos novos desenvolvimentos que sustenta o apoio às novas tecnologias. Numa primeira fase, através da construção de instrumentos legais europeus, referindo que é necessário o seu desenvolvimento, sustentados em argumentos que enfatizam o bem público, a ordem social e a segurança (Levenda *et al.*, 2018). Neste contexto, a Diretiva 2016/680 vem facilitar a adoção do *Big Data* na Europa, na medida em que visa reforçar a confiança pública e cidadã nas tecnologias (Gonçalves, 2017), projetando o interesse em permeabilizar estas tecnologias à investigação criminal, reforçando a proteção e minimização dos seus riscos, através do estabelecimento de regras legais para a sua execução. Em segundo lugar, os objetivos da Diretiva 2016/680 projetam a conceção de uma “cultura política sociotécnica única” (Kim, 2018, p. 177), na medida em que promovem ideais de segurança e justiça no contexto atual inevitável de partilha de dados. Este tipo de discurso político constrói imaginários acerca do potencial das novas tecnologias, apresenta normas legais e regulatórias que as aprovam, tendo consequências na sua expansão (Ruppert *et al.*, 2017). Simultaneamente, tem repercussões ao nível das perceções sociais coletivas acerca das tecnologias, do seu investimento económico e da adesão comunitária (Jasanoff & Kim, 2009). Nas suas considerações introdutórias, a Diretiva 2016/680 refere que a utilização de tecnologias “permite o tratamento de dados pessoais para o

⁶ “O presente Regulamento não se aplica ao tratamento de dados pessoais efetuado pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou da execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública” (RGPD, artigo 2.º, n.º2, alínea d).

exercício de funções como a prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais e execução de sanções penais”, projetando a crença mitológica generalizada (Boyd & Crawford, 2012) em torno das tecnologias como ferramentas que agilizam a investigação criminal.

Outra característica da imaginação sociotécnica europeia em torno do *Big Data* é que as suas potencialidades são descritas como ilimitadas, enquanto que os seus riscos são retratados como limitados. Os seus benefícios são construídos como promotores da segurança e possibilitadores de tratamento de dados pessoais numa escala sem precedentes para a investigação criminal (Diretiva 2016/680). Por sua vez, os seus riscos são enquadrados como administráveis. Por exemplo, a referência na Diretiva (2016/680) da raça como um dado sensível, a proibição expressa da criação de perfis automatizados (artigo 11.º) que possam ser discriminatórios e a obrigatoriedade de proceder a uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados (artigo 27.º) caso um tipo de tratamento se afigure de “(...) elevado risco para os direitos e liberdades (...)” com recurso a autoridades de controlo, são argumentos que procuram salvaguardar as já conhecidas fragilidades do sistema de justiça (Brayne, 2017; Lyon, 2014; Skinner, 2013, 2018a, 2018b), almejando reforçar a confiança coletiva nas instituições de controlo para responder a estas questões emergentes. A Diretiva (2016/680) refere que as suas normas legais contribuem “para a realização de um espaço de liberdade, segurança e justiça” regulamentando a proteção de dados no âmbito da partilha de informações através da tecnologia que “permite o tratamento [destes dados] numa escala sem precedentes para o exercício de funções como a prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais (...)”. É possível analisar como é que estas controvérsias fluidas que surgem em torno de, por um lado, definir padrões de segurança e, por outro lado, gerir os riscos associados às tecnologias são temporariamente resolvidas. Além disso, o modo como são percecionados os riscos e os benefícios das novas tecnologias nestes contextos.

Portanto, ainda que se edifiquem pensamentos coletivos (Jasanoff & Kim, 2009, p. 123) que defendem que há uma ameaça aos direitos humanos e riscos para a ética nestes contextos (Babuta, 2017; Ferguson, 2015; Joh, 2014, 2016; Lei, 2019; Neiva, 2020), as respostas legais, na figura da Diretiva 2016/680, constroem uma paisagem argumentativa de que estes danos para os direitos humanos não foram ignorados. Mas foram interpretados e compreendidos através das lentes da aspiração europeia (Jasanoff *et al.*, 2007) em torno da perceção tecnológica como útil na investigação criminal e apoiado pela aplicação rigorosa das suas regras (Diretiva 2016/680). A Diretiva 2016/680 agrega modos de responder aos potenciais riscos que as tecnologias apresentam (Jasanoff & Kim, 2009), tornando-se uma forma de garantir o futuro técnico da segurança europeia. A análise do modo como os potenciais riscos da permeabilização das novas tecnologias no contexto da investigação criminal podem ser administráveis permite compreender como é que os imaginários sociotécnicos são um meio pelo qual o discurso legal antecipatório e as práticas são estruturados e, portanto, um mecanismo através do qual os futuros são projetados (Pickersgill, 2011). Estes imaginários sociotécnicos europeus em torno do *Big Data* na

investigação criminal estão a incorporar-se em práticas institucionais. Alguns Departamentos Policiais na Europa já começaram a adotar o *Big Data*, por exemplo em França (Kubler, 2017), em Portugal (Pereira, 2019) e a um nível macro, a Europol (Drewer & Miladinova, 2017).

Orientações para o futuro

Embora estes imaginários sociotécnicos tenham estas repercussões práticas, há pontos específicos em que a Diretiva (2016/680) instiga debates e desafios atuais. Nomeadamente, quanto ao acesso aos dados por parte do titular, a Diretiva segue as regras dos processos judiciais, podendo este direito ser negado caso se afigure necessária a preservação confidencial dos dados (artigo 15.º), não havendo regras claras sobre a preservação deste direito. Também no que diz respeito à transferência de dados sobre infrações graves, é concedida uma maior flexibilidade de acesso aos dados por outros países, não sendo claras as restrições de acesso e tendo repercussões ao nível do princípio do consentimento e dos limites das bases de dados.

Relativamente ao consentimento, a Diretiva 2016/680 não prevê normas para o seu exercício, referindo que o “consentimento do titular dos dados (...) não deverá constituir a fundamento jurídico do tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes. Caso haja uma obrigação legal, o titular dos dados não tem verdadeira liberdade de escolha (...)”, não prevendo a aplicação deste direito. Por sua vez, também não considera a possibilidade de acesso policial a outros tipos de informações como, por exemplo, dados de entidades comerciais, e isso levanta desafios éticos, ao nível da privacidade e da transparência que não estão enquadradas neste documento legal. Também no que diz respeito aos impactos negativos do *Big Data* ao nível da discriminação, por se basear em dados que podem estar sobre representados nas bases de dados⁷ que pode perpetuar a criminalização de comunidades suspeitas sob escopo do sistema de justiça criminal (Brayne, 2017; Skinner, 2013, 2018a, 2018b), não são apresentadas respostas claras. As fragilidades técnicas do *Big Data* como a obtenção de correlações erradas fruto da análise de grandes volumes de dados diversos que podem perturbar as investigações criminais (Hu, 2018; Joh, 2016), por gerarem falsos positivos (Ferguson, 2015) e por se basear em dados potencialmente enviesados (Lei, 2019) também não estão previstas nestes documentos. Portanto, a Diretiva 2016/680 para a investigação criminal, à semelhança da reflexão de Gonçalves (2017, p. 107) sobre o RGPD (2016/679) a um nível geral, “não fornece os cuidados que seriam esperados de uma lei destinada a proteger um direito fundamental” (Gonçalves, 2017, pp. 114-115).

Atendendo a que habitualmente as Diretrizes têm um pendor geral e, posteriormente, são complementadas com outras orientações, concluímos que a Diretiva serve o propósito de construir um espaço legal que regule a proteção de dados no setor específico da investigação criminal. Esta

⁷ Como minorias étnicas e grupos vulneráveis do ponto de vista social e económico.

previsão legal vem facilitar o desenvolvimento das tecnologias na investigação criminal na Europa, liberalizando situações impactantes nos direitos humanos, delegando competências para serem avaliadas e minimizadas. No entanto, não considera as instigações emergentes. O contexto atual requer uma análise peculiar que tome em consideração os diferentes desafios que o *Big Data* instiga neste campo. O Comitê (artigo 51.º Diretiva 2016/680) responsável pela avaliação dos impactos das tecnologias na proteção de dados, deve identificar e prever valores éticos específicos a serem salvaguardados no uso e tratamento dos dados, fornecendo orientações que sejam claras e detalhadas a cada contexto, para minimização destes riscos. Estas entidades devem supervisionar as atividades de *Big Data* na investigação criminal de forma a assegurar de que se processam de acordo com limites legais.

Notas conclusivas

A presente abordagem compreensiva e interpretativa em torno da regulamentação legal do *Big Data* no contexto da partilha de dados para investigação criminal permitiu explorar de que forma foram projetadas as bases da cooperação e governança neste campo. Além disso, compreender os recursos conceituais utilizados na projeção destas tecnologias que podem melhorar a sua análise e implementação ao nível da avaliação dos seus riscos e benefícios.

O discurso europeu enquadrou o *Big Data* como desenvolvimento tecnológico inevitável no contexto da investigação criminal, caracterizando-o como útil na prevenção, investigação e repressão do crime. Consequentemente, projeta-o como ferramenta que melhora a segurança europeia. Um exemplo da ambição política europeia para o desenvolvimento deste projeto tecnocientífico (Jasanoff *et al.*, 2007) nestes contextos é a criação da Diretiva analisada no presente texto. A sua criação resulta da vontade política de garantir a proteção de dados pessoais na investigação criminal, face ao uso destas tecnologias neste setor. Esta vontade política reflete o poder que as entidades governamentais têm sobre os dados e a influência para definir o seu valor (Ruppert *et al.*, 2017). Por outras palavras, reforçando a proteção dos dados pessoais dos cidadãos e de outros direitos, liberdades e garantias, a Diretiva vem facilitar a expansão destas tecnologias na investigação criminal, assemelhando-se a uma salvaguarda geral que permite a sua aplicação, ao mesmo tempo que minimiza os potenciais danos da sua implementação, projetando as visões futuristas coletivamente partilhadas onde o poder da tecnologia se mobiliza para manter a segurança pública.

Neste texto foi possível compreender de que forma é que estes discursos legais antecipatórios são estruturados por imaginários sociotécnicos. No entanto, o empreendimento em torno do *Big Data* envolve-se em discussões controversas de importância social que precisam de ser informadas pelas visões de *stakeholders*⁸ mas também dos sujeitos, para abordar os possíveis impactos negativos do *Big Data* (Micheli

⁸ Consideramos a definição de Micheli *et al.* (2020, p. 5) de *stakeholders* como “indivíduos, instituições, organizações ou grupos que são afetados, ou têm efeito no modo como os dados são governados e no valor que lhes é conferido”.

et al., 2020). Os documentos e discursos legais concentram-se na segurança e na qualidade dos dados, não se focando diretamente nas questões sociais e éticas do uso desses dados. Ou seja, não existe um modelo que avalie os resultados negativos desses processos que afetam os cidadãos e a sociedade.

Os potenciais danos do uso do *Big Data* não se limitam apenas à privacidade, ao consentimento e à proteção de dados, mas estendem-se a outros preconceitos sociais, como a discriminação, o viés algorítmico e a vigilância total (Brayne, 2017; Ferguson, 2015; Joh, 2016; Lyon, 2014). Portanto, os riscos abrangidos pelos documentos legais devem estender-se a uma avaliação mais complexa do processamento dos dados que abarque estes impactos. A ausência desta perspetiva ética no RGPD 2016/679 e na Diretiva 2016/680 levanta questões sobre que valores norteiam a futura sociedade algorítmica. Seria importante que, com foco numa dimensão coletiva, a formulação de documentos legais englobasse diferentes atores sociais que podem desempenhar um papel importante na avaliação destes impactos. Este conjunto de atores pode auxiliar a democratização da governança dos dados do *Big Data* e reavaliar o valor que é produzido em torno das informações que agrega (Micheli *et al.*, 2020). Sugerimos, portanto, que haja um maior envolvimento público no debate acerca da temática, que definam controlos externos para a supervisão da sua aplicação, que permitam que os riscos do *Big Data* sejam compreendidos e se produzam métodos e práticas transparentes para os minimizar. Consideramos que estes impactos negativos podem ser minimizados através da elaboração de recomendações que resultem de deliberações com diferentes *stakeholders* e que se orientem por princípios de transparência e envolvimento dos cidadãos (Chan & Moses, 2017; Gonçalves, 2017; Mantelero, 2017).

A rápida evolução tecnológica exige novas formas de refletir as instituições, a sociedade, a democracia e os seus valores fundamentais. Por mais sedutora que possa ser a imagem social e política do *Big Data* na previsão e repressão do crime, esta mitologia não deve cegar as políticas quanto às suas imperfeições inerentes, os seus riscos e viés. Portanto, estas últimas, nas suas formulações devem incluir não só considerações acerca das suas potencialidades, mas também das suas limitações, ameaças e novos desafios éticos que emergem para construir modelos de governança de minimização dos seus erros e imprecisões. Além disso, a Diretiva 2016/680 prevê recomendações para que os Estados-Membros elaborem garantias de proteção de direitos e liberdades. É um encorajamento para que, por exemplo, na investigação criminal se criem regulamentos com normas internas e institucionais que assegurem uma maior proteção dos dados pessoais recolhidos.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) sob o programa de pesquisa e inovação da União Europeia Horizonte 2020 (Contrato N.º [648608]); e da Fundação para a Ciência e Tecnologia [referência de bolsa 2020.04764.BD].

Bibliografia

- Babuta, A. (2017). *Big data and policing: an assessment of law enforcement requirements, expectations and priorities*. Royal United Services Institute for Defence and Security Studies, 1-41.
- Bigo, D. (2008). EU Police Cooperation: National Sovereignty framed by European security? In E. Guild, & F. Geyer (Eds.), *Security versus Justice? Police and judicial cooperation in the EU* (pp. 91–108). Ashgate.
- Boyd, D., & Crawford, K. (2012). Critical questions for big data: Provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, communication & society, 15*(5), 662-679. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.678878>
- Brayne, S. (2017). Big data surveillance: The case of policing. *American Sociological Review, 82*(5), 977-1008. <https://doi.org/10.1177%2F0003122417725865>
- Brayne, S. (2018). The criminal law and law enforcement implications of big data. *Annual Review of Law and Social Science, 14*, 293-308. <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-101317-030839>
- Chan, J., & Moses, L. (2017). Making sense of big data for security. *The British Journal of Criminology, 57*(2), 299-319. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw059>
- Comissão Europeia (janeiro, 2016a). A Reforma da UE sobre a Proteção de Dados e os Megadados. Ficha informativa. Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores.
- Comissão Europeia (janeiro, 2016b). De que modo a reforma da proteção de dados ajudará a combater a criminalidade internacional? Ficha informativa. Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores.
- Coll, S. (2014). Power, knowledge, and the subjects of privacy: understanding privacy as the ally of surveillance. *Information, Communication & Society, 17*(10), 1250-1263. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2014.918636>
- Crawford, N. C. (2004). Understanding discourse: a method of ethical argument analysis. *Qualitative Methods, 2*(1), 22-25.
- Cukier, K., & Mayer-Schoenberger, V. (2013). The rise of big data: How it's changing the way we think about the world. *Foreign Affairs, 92*, 28-40.
- Diretiva da União Europeia de 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016L0680>
- Drewer, D., & Miladinova, V. (2017). The BIG DATA challenge: Impact and opportunity of large quantities of information under the Europol Regulation. *Computer Law & Security Review, 33*(3), 298-308. <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2017.03.006>
- Ferguson, A. (2015). Big data and predictive reasonable suspicion. *University of Pennsylvania Law Review, 163*(2), 327-410.
- Gonçalves, M. E. (2017). The EU data protection reform and the challenges of big data: remaining uncertainties and ways forward. *Information & Communications Technology Law, 26*(2), 90-115. <https://doi.org/10.1080/13600834.2017.1295838>

- Hu, J. (2018, November). Big data analysis of criminal investigations. In *2018 5th International Conference on Systems and Informatics (ICSAI)* (pp. 649-654). IEEE. <https://doi.org/10.1109/ICSAI.2018.8599305>
- Hu, Y. (2019, April). Intelligent Procuratorate Depends on Big Data Investigation Technology. In *2019 IEEE 4th International Conference on Cloud Computing and Big Data Analysis (ICCCBDA)* (pp. 20-23). IEEE. <https://doi.org/10.1109/ICCCBDA.2019.8725723>
- Jasanoff, S., & Kim, S. H. (2009). Containing the atom: Sociotechnical imaginaries and nuclear power in the United States and South Korea. *Minerva*, *47*(2), 119-146. <https://doi.org/10.1007/s11024-009-9124-4>
- Jasanoff, S., Kim, S. H., & Sperling, S. (2007). Sociotechnical imaginaries and science and technology policy: a cross-national comparison. *NSF Research Project, Harvard University*.
- Joh, E. E. (2014). Policing by numbers: big data and the Fourth Amendment. *Washington Law Review*, *89*, 35-68.
- Joh, E. E. (2016). The new surveillance discretion: automated suspicion, big data, and policing. *Harvard Law & Policy Review*, *10*, 15-42.
- Kim, E.-S. (2018). Sociotechnical Imaginaries and the Globalization of Converging Technology Policy: Technological Developmentalism in South Korea. *Science as Culture*, *27*(2), 175-197. <https://doi.org/10.1080/09505431.2017.1354844>
- Kubler, K. (2017). State of urgency: Surveillance, power, and algorithms in France's state of emergency. *Big Data & Society*, *4*(2), 1-10. <https://doi.org/10.1177%2F2053951717736338>
- Levenda, A. M., Richter, J., Miller, T., & Fisher, E. (2018). Regional sociotechnical imaginaries and the governance of energy innovations. *Futures*, *109*, 181-191. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2018.03.001>
- Lei, C. (2019). Legal control over Big Data criminal investigation. *Social Sciences in China*, *40*(3), 189-204. <https://doi.org/10.1080/02529203.2019.1639963>
- Lyon, D. (2014). Surveillance, Snowden, and big data: Capacities, consequences, critique. *Big Data & Society*, *1*(2), 1-13. <https://doi.org/10.1177%2F2053951714541861>
- Mann, M., & Matzner, T. (2019). Challenging algorithmic profiling: The limits of data protection and anti-discrimination in responding to emergent discrimination. *Big Data & Society*, *6*(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177%2F2053951719895805>
- Mantelero, A. (2017). Regulating big data. The guidelines of the Council of Europe in the context of the European data protection framework. *Computer law & security review*, *33*(5), 584-602. <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2017.05.011>
- McDermott, Y. (2017). Conceptualising the right to data protection in an era of Big Data. *Big Data & Society*, *4*(1), 1-7. <https://doi.org/10.1177%2F2053951716686994>
- Micheli, M., Ponti, M., Craglia, M., & Berti Suman, A. (2020). Emerging models of data governance in the age of datafication. *Big Data & Society*, *7*(2), 1-15. <https://doi.org/10.1177%2F2053951720948087>
- Miró-Llinares, F. (2020). Predictive policing: Utopia or dystopia? On attitudes towards the use of big data algorithms for law enforcement. *SocArXiv*. 1-28.

- Moses, L., & Chan, J. (2018). Algorithmic prediction in policing: assumptions, evaluation, and accountability. *Policing and society, 28*(7), 806-822. <https://doi.org/10.1080/10439463.2016.1253695>
- Mourby, M., Mackey, E., Elliot, M., Gowans, H., Wallace, S. E., Bell, J., Smith, H., Aidinlis, S., & Kaye, J. (2018). Are 'pseudonymised' data always personal data? Implications of the GDPR for administrative data research in the UK. *Computer Law & Security Review, 34*(2), 222-233. <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2018.01.002>
- Neiva, L. (2020). *Big Data na investigação criminal: desafios e expectativas na União Europeia*. Editora Húmus.
- Pereira, M. (2019). *Big Data: o caso do sistema estratégico de informação, gestão e controlo operacional da Polícia de Segurança Pública* [Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/30342>
- Pickersgill, M. (2011). Connecting neuroscience and law: anticipatory discourse and the role of sociotechnical imaginaries. *New Genetics and Society, 30*(1), 27-40. <https://doi.org/10.1080/14636778.2011.552298>
- Regulamento da União Europeia 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32016R0679>
- Ridgeway, G. (2018). Policing in the era of big data. *Annual Review of Criminology, 1*, 401-419. <https://doi.org/10.1146/annurev-criminol-062217-114209>
- Ruppert, E., Isin, E., & Bigo, D. (2017). Data politics. *Big data & Society, 4*(2), 1-7. <https://doi.org/10.1177%2F2053951717717749>
- Samuel, G., Howard, H. C., Cornel, M., van El, C., Hall, A., Forzano, F., & Prainsack, B. (2018). A response to the forensic genetics policy initiative's report "Establishing Best Practice for Forensic DNA Databases". *Forensic Science International: Genetics, 36*, e19-e21. <https://doi.org/10.1016/j.fsigen.2018.07.002>
- Shapiro, A. (2019). Predictive policing for reform? Indeterminacy and intervention in Big Data policing. *Surveillance & Society, 17* (3/4), 456-472. <https://doi.org/10.24908/ss.v17i3/4.10410>
- Skinner, D. (2013). 'The NDNAD has no ability in itself to be discriminatory': Ethnicity and the governance of the UK National DNA Database. *Sociology, 47*(5), 976-992. <https://doi.org/10.1177%2F0038038513493539>
- Skinner, D. (2018a). Race, racism and identification in the era of technosecurity. *Science as Culture, 29*(1), 77-99. <https://doi.org/10.1080/09505431.2018.1523887>
- Skinner, D. (2018b). Forensic genetics and the prediction of race: what is the problem?. *BioSocieties, 15*, 329-349. <https://doi.org/10.1057/s41292-018-0141-0>

As vozes das Ciências Sociais em tempos de pandemia

Luisa Fernanda Salamanca Garnica

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo:

No contexto da pandemia, a ciência tem tido evidente protagonismo, pois as decisões políticas não atendem apenas aos valores políticos ou a pressões sociais, mas também ao discurso científico. Neste panorama, a reflexão sobre a relação entre ciência e política está mais uma vez na ordem do dia, tendo em vista as condições em que podem ser criadas as pontes entre o conhecimento científico e a tomada de decisões na esfera pública. Esta comunicação visa refletir sobre os desafios que a pesquisa social enfrenta em tempos de pandemia e que enfrentará após a pandemia, referindo alguns dos caminhos investigativos e às reflexões emergentes relacionadas com o debate sobre a crise pandémica.

Palavras-chave: ciências sociais, crise, investigação sociológica, pandemia, política.

Introdução

Neste momento invulgar emergem reflexões vindas de todas partes sobre as implicações da crise pandémica. Esta “nova normalidade” transformou todos os universos da vida, tendo tido eco na produção científica e nos percursos académicos dos investigadores. Neste contexto, a ciência passou a ter um protagonismo ainda mais evidente. A pandemia tornou-se a preocupação central nos meios académicos de todo o mundo de onde surge uma miríade de eventos e iniciativas de reflexão e pesquisa. Em Portugal encontramos uma grande panóplia de produções acerca da crise pandémica. O presente texto, de tipo exploratório, expõe alguns dos âmbitos temáticos que a pandemia abre para a reflexão sociológica e os desafios que o contexto pandémico cria para as investigações. Destacamos nele algumas das iniciativas desenvolvidas na academia portuguesa, no primeiro ano da pandemia (2020), nomeadamente atividades desenvolvidas nos departamentos de Sociologia do país, no intuito de identificar alguns dos caminhos em aberto, nesta procura por leituras e respostas à crise atual.

As ciências sociais na crise pandémica

A voz dos cientistas em 2020 tem alimentado o debate político em todo o mundo, marcado por momentos de convergência e outros de conflito, embora centrados num ponto comum: o reconhecimento

da importância e da necessidade de ouvir a ciência e de fazer apoiar as decisões políticas em dados científicos. Ocorre que este uso da ciência se faz sobretudo a partir das ciências da vida e das ciências naturais, em geral. Neste texto, pretendemos explicitar também o papel das Ciências Sociais no contexto da crise pandêmica, assumindo que o seu principal papel é o de demonstrar que não se trata apenas de uma crise sanitária, mas também de uma crise social e política que vai marcar um ponto de quebra na história das nossas sociedades. O papel fundamental das Ciências Sociais neste momento é o de ajudar na compreensão das problemáticas sociais, culturais, políticas e económicas que estão a surgir como consequência do confinamento, da pressão no sistema de saúde, da crise económica, dos altos e baixos das instituições políticas, entre outras. Também neste momento é muito importante que a voz dos cientistas sociais possa colaborar para neutralizar a expansão das notícias falsas e os boatos que contribuem para posições ideológicas mais extremas. É, por isso, importante a criação de pontes entre o mundo académico e os gestores públicos orientadas para o equilíbrio na relação entre política e ciência.

As vozes da pandemia

Intelectuais contemporâneos mais mediáticos registaram as suas reflexões em diferentes meios durante o primeiro confinamento pensando com antecedência sobre o futuro do capitalismo, a democracia e os Estados (Carletti, 2020). Nas Ciências Sociais académicos de todo o mundo têm refletido sobre a pandemia a partir das suas respetivas disciplinas. Trata-se de um *boom* de textos que levou ao grande público a divulgação de várias compilações realizadas a partir de escritos diversos, principalmente, em meios de comunicação, tais como colunas de opinião, através das quais os autores podiam exprimir as suas ideias no imediatismo da realidade a acontecer. Vamos referir aqui duas compilações: a primeira é o livro *Vozes do fronte. Considerações sobre irromper da COVID-19 na Itália* e o segundo é *La Sopa de Wuhan*.

No livro *Vozes do fronte* reuniram-se vários artigos de autores italianos que dialogaram – para apoiar ou criticar – com o artigo de Giorgio Agamben publicado no jornal *Il Manifesto* no 26 de Fevereiro de 2020. Agamben questiona a crise, fala de uma “urgência imotivada” e alerta para os perigos da instituição do “estado de exceção” como resposta ao vírus. A linha de pensamento aberta por Agamben, muito questionada posteriormente, traz à superfície um tema que merece, e seguramente merecerá, ser analisado aprofundadamente: as medidas tomadas para conter o vírus favorecem a limitação de direitos e liberdades, levando ao questionamento do funcionamento dos sistemas democráticos.

As *Vozes do fronte* são interessantes, não só para entender o contexto pandémico italiano⁹, pois o debate que estes autores propõem aplica-se a outros contextos e apresenta reflexões sobre temas que estão a ser debatidos largamente, tais como a saúde mental, a xenofobia ou as consequências da pandemia nas relações humanas.

⁹ Foi Itália a porta de entrada ao vírus na Europa e cenário precoce da reflexão dos teóricos.

Por outro lado, temos o livro digital intitulado *La sopa de Wuhan*, editado na Argentina por uma editora com aquele fim, e que se autodenominou ASPO (*Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio*), termo usado na Argentina para denominar o confinamento. Este livro ganhou um inusitado êxito nas redes sociais e serviu para animar os debates confinados e aproximar reflexões, principalmente filosóficas, a um grande público. A ASPO aparece no quadro do confinamento e com a intenção de desaparecer quando a normalidade – a antiga – volte. A ASPO realiza compilações digitais gratuitas com o intuito de contribuir para os debates cidadãos, agora virtuais, combatendo o *smog* de informações falsas que contaminam a atualidade. O criador da ASPO, Pablo Amadeo, acredita que no atual contexto a gente está mais disposta a submergir-se na filosofia; por isso é importante contribuir aos debates com informação de qualidade (Viramontes, 2020).

La Sopa de Wuhan compilou textos de autores muito reconhecidos como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Alain Badiou, David Harvey, Judith Butler e Byung-Chul Han, entre outros, publicados em diferentes meios do mundo entre o 26 de fevereiro o 28 de março de 2020. Talvez o mais falado da *Sopa de Wuhan* foi o debate entre Žižek e Byung-Chul Han em relação ao futuro do capitalismo. Para Žižek (2020) a pandemia pode significar o golpe final no capitalismo, uma circunstância histórica que aceleraria a crise capitalista e criaria as condições necessárias para uma solidariedade global frente à catástrofe; nesta perspectiva a pandemia poderia favorecer o surgimento de valores solidários, embora este autor alerte sobre o fortalecimento de um “animismo capitalista”, espécie de *fetichização* dos fenômenos, que se veriam desvinculados da sua base material (Carletti, 2020, p. 264). Por outro lado, Byung-Chul Han fala da possibilidade de um fortalecimento do controlo estatal ao estilo asiático e da regeneração de um novo capitalismo com maior exclusão. Em síntese, Žižek reconhece um potencial revolucionário na crise pandémica que Byung-Chul Han não vê, porque segundo este último: “nenhum vírus faz a revolução. O vírus nos isola, nos individualiza” (Han, 2020, p. 110).

Estas primeiras publicações de alcance global marcaram o ritmo da construção das narrativas da pandemia e, provavelmente, como adverte Boaventura de Sousa Santos (2020), nos próximos anos vamos vivenciar uma forte disputa no terreno da construção de narrativas sobre esta crise pandémica, e que se darão de âmbito científico e político.

Iniciativas académicas em Portugal

Entrando no panorama nacional, encontramos uma infinidade de iniciativas vindas do mundo académico, publicações dedicadas aos mais diversos aspetos da pandemia e os seus efeitos, também iniciativas de comunicação e de intervenção social. Vamos apresentar oito destas iniciativas que se desenvolveram em Portugal no primeiro ano da pandemia.

Tabela 1. Iniciativas desenvolvidas em Portugal no primeiro ano da pandemia

TIPO	INICIATIVA	ENTIDADE
Publicação	VV.AA. Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise	CES-U.Coimbra
	VV.AA. Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19 em Livro.	CIES-Iscte
	VV.AA. Tempo e sociedade em suspenso	CIES-Iscte
	Boaventura de Sousa Santos. O futuro começa agora. Da pandemia à utopia	
Debate	Conversas desconfinadas	CES-U.Coimbra
Comunicação	COVIDCheck.pt	MediaLab CIES-IUL
	COVID-19 Social Sciences LAB	CICS.NOVA
	#InOutCOVID	CECS-UMinho

Publicações

A maioria das publicações que encontramos em formato livro são compilações de trabalhos ou reflexões de diferentes investigadores que continuaram o seu trabalho académico durante o período de confinamento, que apesar do movimento nas cidades estar suspenso, as ideias não confinaram. O tempo suspenso foi especialmente pródigo em trabalhos académicos. Entre as publicações de tipo coletivo, vamos destacar quatro livros de esta índole que envolveram académicos de várias das universidades do país e que refletem sobre os temas que mais têm interessado aos sociólogos e às sociólogas em Portugal no tempo pandémico. Os dois primeiros livros são publicados pelo CIES-ISCTE, embora apresentem trabalhos de académicos de diferentes entidades, o terceiro trabalho é uma publicação do CES da Universidade de Coimbra. Posteriormente falamos de um quarto livro que não corresponde à tipologia de livro coletivo.

Em primeiro lugar, encontramos o livro intitulado *Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19 em Livro* publicado em novembro de 2020 pelo Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE). Este livro compila os contributos de diversos sociólogos para a interpretação e significação da incerteza e instabilidade partilhada coletivamente. Cada autor/a convidado/a fala dos impactos e efeitos da pandemia em diferentes âmbitos temáticos, tais como as desigualdades sociais e económicas, a pobreza, a habitação, a saúde, a educação, o ambiente e o trabalho académico. O antecedente direto deste livro encontra-se numa série de vídeos realizados pelo Observatório das Desigualdades entre o dia 7 de abril e o dia 8 de junho do mesmo ano e que foram publicados no seu canal de *Youtube*.

Em segundo lugar, encontramos o livro *Tempo e sociedade em suspenso* publicado também pelo CIES-ISCTE que se estrutura em torno da temática do tempo, das mobilidades e do espaço. Apresenta artigos que integram diversas áreas dos estudos sociais (sociologia, economia, filosofia), diversas abordagens metodológicas e enfoques, encontramos por exemplo trabalhos sobre casos com base empírica e outros mais focados à reflexão especulativa.

O terceiro livro que queríamos destacar é o trabalho intitulado *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise* editado pelo Observatório das Desigualdades do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Trata-se de um trabalho coletivo que reúne cem investigadoras e investigadores de diferentes áreas e perspetivas, tratando de problemas e desafios dos tempos que vivemos. Trata-se de textos curtos nos quais cada autor/a problematiza um tema, traçando um diagnóstico com apresentação de alternativas. Neste livro, encontramos diversas vozes que refletem brevemente em tempos de pandemia sobre questões relevantes e heterogéneas, desde os direitos das crianças ou o direito à água, até às cidades e o capitalismo, os corpos, a violência, o lazer, o futebol, o populismo, a memória, o racismo, as prisões, a soberania alimentar, a resiliência, o turismo, a vigilância digital, passando pelos cuidados, entre outros.

Em uma outra categoria encontramos o livro do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, *O futuro começa agora. Da pandemia à utopia*, publicado em novembro de 2020, um livro individual que produz um olhar global da crise pandémica. No livro destacam-se as referências ao impacto da COVID-19 em diferentes lugares do mundo, sugerindo a negação de uma visão eurocêntrica ou norte-cêntrica da crise. Boaventura destaca a intensificação das desigualdades e das discriminações sociais que se vêm agravadas com a crise, e debate a miríade de temas que a atravessam, como o modelo económico, o papel do Estado, a possibilidade de aparição de novas propostas civilizacionais, entre outros. Durante o primeiro ano da pandemia a presença de Sousa Santos em redes sociais foi constante, seja pela circulação do seu texto “A cruel pedagogia do vírus” publicado em abril de 2020, ou pela sua presença em variados eventos *online* tanto em Portugal como fora do país.

Debate

A pandemia trouxe consigo a digitalização que se tem generalizado no mundo académico. Muitos destes novos espaços surgiram justamente para refletir sobre a pandemia e os seus efeitos. Destas iniciativas, destacamos a rubrica *Um Olhar Sociológico sobre a crise COVID-19* do CIES-ISCTE, mencionada acima, assim como o Ciclo de Seminários *online* intitulado *Conversas Desconfinadas* do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, realizado entre junho e novembro de 2020.

Comunicação

No campo da comunicação encontramos uma experiência muito interessante, o *site COVIDCheck.pt* do MediaLab CIES (Centro de investigação e Estudos em Sociologia) do IUL (Instituto Universitário de Lisboa). Este projeto nasceu no 11 de maio de 2020 para ajudar a otimizar a comunicação oficial e a esclarecer as questões dos portugueses sobre a pandemia. Foi criado em parceria com a Sociedade Portuguesa de Psicanálise e Cenjor (Centro para a formação de jornalistas) e financiado pela Fundação Gulbenkian.

A *COVIDCheck* é um projeto de âmbito interdisciplinar que pretende aferir a grande circulação de *fake news*. Num primeiro momento este projeto realizou a análise das temáticas dos discursos oficiais, de informação nos media, da expressão dos cidadãos nas redes sociais (de dúvidas, comportamentos negligentes ou dolosos e desinformação) e das preocupações dos cidadãos nas pesquisas *online*. Após a recolha, a informação foi codificada, classificada, validada por psicanalistas e transformada em recomendações de otimização da comunicação.

No âmbito da comunicação encontramos também a iniciativa *COVID-19 Social Sciences LAB* do CICS.NOVA¹⁰ plataforma onde são apresentados conteúdos relacionados com as diversas reflexões sobre a COVID-19 e nos que participam ou colaboram os integrantes dos diferentes pólos do CICS.NOVA. Sendo um centro que integra equipas de várias universidades do país, a plataforma resulta muito interessante porque permite encontrar uma grande diversidade de iniciativas (publicações científicas, eventos *online* e presença nos *media*).

Por outro lado, encontramos a iniciativa *#InOutCOVID* do CECS da Universidade do Minho; com este *hashtag* foi nomeado um espaço de divulgação em redes sociais dos múltiplos trabalhos e participações dos investigadores do CECS em relação à COVID-19 realizados entre o 11 de março e o 25 de julho de 2021.

Temas desenvolvidos

As iniciativas observadas permitem verificar a grande diversidade de temas tratados e alguns de forma recorrente. Na seguinte lista apresentamos os temas mais frequentes relativos a iniciativas desenvolvidas por sociólogos/as portugueses/as no ano 2020 e que continuarão a ser trabalhados nos próximos anos:

- As desigualdades económicas, sociais, étnico-raciais, de género;
- O (tele)trabalho, a conciliação, o trabalho académico;
- A proteção social, a precariedade, as vulnerabilidades sociais;
- As relações parentais e conjugais, as violências;
- A saúde mental;
- A educação, a virtualização do ensino;
- O envelhecimento da sociedade;
- A economia do cuidado;
- As cidades e a habitação;
- O turismo;
- O desemprego;

¹⁰ O CICS.NOVA é o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais que integra os seguintes polos: o CICS.NOVA.UMinho, o CICS.NOVA.IPLeiria, o CICS.NOVA.UAçores e o CICS.NOVA.UÉvora.

- A produção cultural e artística;
- A pandemia e o meio ambiente, a emergência climática;
- O direito a justiça na pandemia;
- Os desafios à democracia: populismos, xenofobia, estados de exceção, a participação cívica, as eleições;
- Os refugiados e imigrantes;
- O lazer.

Efeitos da pandemia na investigação

O contexto pandémico criou desafios para as investigações, nomeadamente para as teses doutorais que tiveram, em muitos casos, de redefinir-se em termos metodológicos e até mesmo na escolha das abordagens teóricas ou na delimitação dos casos para analisar.

A paragem a que a pandemia nos obrigou compeliu-me a delimitar o meu período de análise, dado que estou a investigar sobre expressões anarquistas em Portugal. Pude definir com mais clareza o meu período de análise, incluindo a “crise” como categoria de análise na delimitação do tempo em estudo (2008-2020).

Além da introdução da crise como conceito importante na minha investigação, também tive de modificar as estratégias metodológicas desenhadas inicialmente no meu projeto de tese. Num primeiro momento, pretendia ter um contacto direto com os atores que analiso, por meio de visitas às cidades e sedes respetivas. Mas, com a pandemia, a minha estratégia teve de incluir o digital, como a maioria de investigações. A observação direta em espaços físicos foi substituída pela observação em espaços virtuais.

Às implicações da crise em termos de teoria e método, adicionam-se os efeitos do confinamento na evolução do trabalho realizado exclusivamente em casa, com mais dificuldade de acesso às bibliotecas, compatibilizando a leitura e a escrita com as responsabilidades familiares e o cuidado de filhos pequenos. Todo esse contexto tem-me levado – como a outros/as estudantes de doutoramento, em geral - a criar novas dinâmicas e a buscar respostas criativas para tornar possível o trabalho académico e a vida familiar, sem pôr em risco a saúde mental. Não tem sido fácil, mas, de algum modo, posso dizer que as condições inusitadas também trouxeram novas ideias e muita vontade de continuar a refletir sobre este mundo incerto que se está a construir diante dos nossos olhos.

Bibliografia

- Carletti, M. (2020). Sobre “Sopa de Wuhan”, interrogantes sobre el presente y el futuro. *RED Sociales, Revista Electrónica del Departamento de Ciencias Sociales UNLu*, 7, 6, 263-266. Retirado de <http://www.redsocialesunlu.net/?p=1597>
- Carmo, R. M., Tavares, I. & Cândido, A.F. (Eds.) (2020). *Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19 em Livro*. Observatório das Desigualdades. Retirado de <https://www.observatorio-das-desigualdades.com>
- CECS Universidade do Minho (2020). *#InOutCOVID*. Retirado de <http://www.cecs.uminho.pt/intervencao/COVID-19/inoutCOVID-19/>
- CES Universidade de Coimbra (junho a novembro de 2020). *Conversas Desconfinadas*. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=HzNZg9DP010&list=PL00zzQ5-DjovIWESgfKvK_9kqCHdMpQmc
- CICS.NOVA (2020). *COVID-19 Social Sciences LAB*. Retirado de <https://cics.nova.fcsh.unl.pt/science-communication/COVID-19-social-sciences-lab>
- Han, B. (2020). La emergencia viral y el mundo de mañana. In G. Agamben, *et al.* (Eds.), *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia* (pp.97-111). ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio.
- MediaLab CIES- IUL (2020). *COVIDCheck*. Retirado de <https://COVIDcheck.pt/>
- Observatório das Desigualdades (7 de abril a 8 de junho de 2020). Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=SJPb_oW0kVg&list=PL_wn1XD1YImYCHN8mZbqN0w4gVAjzxTal
- Reis, J. (2020). *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Centro de Estudos Sociais: Universidade de Coimbra. Retirado de <https://ces.uc.pt>
- Sales, C., Araújo, E. & Costa, R. (2020). *Tempo e sociedade em suspenso*. CIES-Iscte.
- Santos, B.S. (2020). *O futuro começa agora. Da pandemia à utopia*. Edições 70.
- Viramontes, S. (21 de maio de 2020). *ASPO, el proyecto editorial latinoamericano que nació en la pandemia*. Gatopardo. Retirado de <https://gatopardo.com/arte-y-cultura/aspo-el-proyecto-editorial-latinoamericano-que-nacio-en-la-pandemia/>
- VVAA. (2020). *Vozes do Frente. Considerações sobre o irromper da COVID-19 na Itália*. Editora Âyiné.
- Žižek, S. (2020). El coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de ‘Kill Bill’ y podría conducir a la reinención del comunismo. In G. Agamben, *et al.* (Eds.), *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia* (pp.21-28). ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio.

Da família para a empresa: sucessão nas empresas familiares do norte de Portugal

Nuno Caetano Nora

Doutorando em Sociologia, Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Professora Doutora Ana Paula Marques

Instituto de Ciências Sociais, Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal

Resumo

As empresas familiares são a tipologia empresarial dominante da economia nacional e internacional. Tendo em conta que se regista um défice estrutural da formação escolar dos empresários, que tendem a reproduzir um modelo produtivo de baixos salários, mão-de-obra pouco qualificada e fraco investimento na inovação e diferenciação dos seus produtos e serviços, até que ponto a 2.ª geração, tendencialmente mais qualificada, poderá constituir uma oportunidade de profissionalização da governação empresarial e transformação do padrão de especialização produtivo? A partir desta questão de investigação, este projeto visa analisar, de forma aprofundada e utilizando uma estratégia metodológica mista, as empresas familiares de 2.ª geração para perceber os planos familiares na preparação do processo de sucessão e identificar as mudanças que ocorrem quando uma geração empresarial mais qualificada chega ao poder. Procura-se produzir conhecimento de suporte a políticas de profissionalização e internacionalização das empresas familiares, no quadro da competitividade global.

Palavras-chave: empresas familiares, profissionalização, segunda geração, sucessão.

Introdução

Pretendemos com esta comunicação apresentar o nosso projeto de doutoramento que tem como título: Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou *turning point* rumo à profissionalização. Esta proposta conta com uma bolsa de estudo financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/143315/2019.

As empresas familiares são a forma de organização mais disseminada em todo o mundo empresarial. Num estudo recente, Pieper *et al.* (2021), utilizando três definições diferentes de empresa

familiar, demonstram que, qualquer que seja o conceito escolhido, as empresas familiares têm um papel preponderante na economia dos Estados Unidos da América. Estas são: 1) Quando a definição escolhida é mais ampla, em que os critérios selecionados para definir empresa familiar são o controle por parte da família da gestão estratégica da empresa e algum envolvimento familiar na gestão da organização, os autores afirmam que existem 24,2 milhões de empresas familiares responsáveis por empregar 62% da força de trabalho e contribuem para 64% do PIB; 2) Existem 10,8 milhões de empresas familiares que suportam 59% do PIB e empregam 58% da força de trabalho, quando os autores utilizam uma definição um pouco mais restrita, em que os parâmetros utilizados para que uma empresa seja considerada familiar são a intenção de manter a empresa na família do fundador e/ou os descendentes gerem a organização; 3) Utilizando um conceito ainda mais restrito de empresa familiar, apenas se consideram as organizações que tenham pelo menos dois membros familiares com responsabilidade na gestão e controle na direção estratégica, sendo que esta definição operacional impõe que a família detenha 51% das ações da empresa e devem ter vários membros da família em cargos de gestão e/ou o CEO pertence à família, ou a família está representada no conselho de administração. Ainda assim, utilizando este conceito de empresa familiar existem 7,2 milhões de empresas familiares, responsáveis de empregar 14% da força de trabalho e executoras de 14% do PIB dos Estados Unidos da América.

Na Europa, utilizando a definição proposta pela Comissão Europeia (2009)¹¹, as empresas familiares no ano de 2008, representavam entre 65 a 80% do número total de empresas Europeias, sendo responsáveis por empregar em média entre 40 a 50% dos trabalhadores, contribuindo para 9% do PIB Europeu. Apesar da importância e do peso que estes tipos de organizações empresariais demonstram ter para economia global, o conhecimento das suas particularidades e especificidades é ainda insuficiente e envolto em grande controvérsia, como podemos verificar ao consultar a literatura especializada. Desde logo, pela falta de um consenso em torno da definição de empresa familiar. Existem tantas definições para empresa familiar quanto o número de pesquisadores (Dery *et al.*, 1993). Vários autores propõem um conceito mais restritivo, em que a existência da sucessão geracional na empresa é um acontecimento determinante para esta ser definida como tal (Arrègle & Mari, 2010; Donnelley, 1967; Grzybovski & Tedesco, 1998; Lodi, 1987; Ussmane, 2004). Na perspetiva destes autores, as empresas só podem ser consideradas familiares a partir da segunda geração. Já Chrisman *et al.* (2005), Davis (1982) e Gorgati (2000) propõem uma definição mais inclusiva, sendo a transição geracional apenas mais um critério na sua classificação.

¹¹ A Comissão Europeia considera empresa uma empresa independentemente do seu tamanho como familiar, quando:

- a) A maioria dos direitos de decisão estão na posse do(s) fundador(es) da empresa, ou na posse da(s) pessoa(s) que adquiriu (adquiriram) a quota de capital da empresa, ou ainda na posse dos seus cônjuges, pais, filhos, ou herdeiros diretos dos filhos;
- b) A maioria dos direitos de decisão são diretos ou indiretos;
- c) Pelo menos um membro da família, ou um seu familiar, está formalmente envolvido na gestão da empresa;
- d) A pessoa, família, ou seus descendentes, que fundaram ou adquiriram a empresa possuem pelo menos 25% dos direitos de decisão mandatados pela sua quota de capital (European Commission, 2009, p. 9).

Numa revisão sistemática da literatura, Chua *et al.* (1999) analisaram 21 definições centradas no grau ou na natureza do envolvimento familiar. Para estes autores, é necessário distinguir o que significa a empresa familiar numa perspetiva teórica, que permita captar a sua amplitude e essência¹², e empresa familiar numa perspetiva operacional e prática, tendencialmente com uma concetualização mais restritiva.

Também Hernández-Linares *et al.* (2018) exploraram 258 diferentes definições de empresa familiares utilizadas por pesquisadores em 50 anos (1964 a 2013). Tal como Chua *et al.* (1999), os autores verificam que a maior parte dos conceitos de empresa familiar está centrada no grau ou na natureza do envolvimento familiar na propriedade e na gestão da empresa. No entanto, verificam que, no último subperíodo analisado (2003 a 2013), termos-chave, como cultura e afinidade, começam a aparecer para definir as empresas familiares, demonstrando que existe uma consciencialização por parte dos pesquisadores da necessidade de tentar captar a essência da empresa familiar, juntamente com o facto de novas áreas de conhecimento, como é o caso da sociologia, se interessarem pelo estudo destas organizações e colocarem em igualdade de importância os dois componentes do binómio família e empresa.

Além da falta de consenso na definição de empresa familiar, existem também alguns mitos em relação a esta tipologia empresarial que é necessário desconstruir. Qualquer investigador que tenha aprofundado um pouco mais a sua leitura acerca das empresas familiares decerto já se deparou com a frase amplamente citada: “30% das empresas familiares conseguem chegar à segunda geração e apenas 13% conseguem chegar à terceira geração”. A fonte original desta citação é um livro publicado, com o título original *Keeping the Family Business Healthy* (Ward, 1987). Segundo Holton (2016), esta frase está errada devido à tradução da palavra original “Through” (através), para “to” (para). A citação de “através da segunda geração” foi erradamente traduzida para “até à segunda geração”, o que reduziu a esperança de vida das empresas em pelo menos 30 anos. O estudo de Ward (1987) é referente a uma pesquisa a 200 fabricantes do Illinois, nos Estados Unidos da América, escolhidos aleatoriamente de publicações anuais (tipo listas telefónicas) entre os anos 1924 a 1984. Holton (2016) refere que estas estatísticas são referentes a empresas que existiam em 1924 no Centro Oeste Americano e muitas delas sobreviveram à Grande Depressão. Nesse sentido, pretender extrapolar estes resultados para todas as empresas familiares, em todos os setores, em qualquer parte do mundo, acaba por ser “um tiro no escuro”. Anteriormente, já Stamm e Lubinski (2011), tinham alertado para esta falta de rigor, ao depararem-se com uma frase

¹² A abordagem de componentes *versus* abordagem da essência.

O pressuposto subjacente à abordagem de componentes é que o envolvimento familiar é condição suficiente para que uma empresa seja classificada como uma empresa familiar. Pesquisadores e profissionais tendem a ter fortes convicções sobre a combinação do envolvimento familiar na propriedade, governança e gestão, que servem para diferenciar as empresas familiares das não-familiares.

A abordagem da essência visa compreender a distinção comportamental das empresas familiares das suas congéneres não familiares. Nesta perspetiva, os componentes do envolvimento da família no negócio são considerados uma condição necessária, mas insuficiente para definir uma empresa familiar. Em vez disso, é a combinação do envolvimento familiar no negócio com formas distintas de comportamento, tais como a intenção de continuar uma empresa através de gerações de controlo familiar, ou criar riqueza financeira, social ou emocional para a família que controla a empresa, que distingue a empresa familiar de outras (Harms, 2014; Pérez & Colli, 2010).

semelhante, citada diversas vezes. As autoras utilizaram uma revisão bibliográfica, recorrendo ao arquivo do *European Family Business Center* em Wiesbaden na Alemanha, onde tiveram acesso a um elevado número de artigos de jornais, revistas, entrevistas e dissertações, acerca das empresas familiares. As autoras efetuaram uma pesquisa pelas palavras-chave, família + sucessão e restringiram a pesquisa a teses e periódicos científicos entre os anos de 1994 a 2009. Num total de 114 artigos encontram as mesmas palavras repetidas em 28 artigos. “O alto número de contribuições apresentando esses números e a falta de discussão sobre eles permitem que a taxa de sobrevivência das empresas familiares apareça como um conhecimento difundido e generalizadamente aceite” (Stamm & Lubinski, 2011, p. 118). No entanto, ao aprofundar a sua investigação, as pesquisadoras aperceberam-se que nenhuma das 28 contribuições apresentam dados empíricos para sustentar as suas afirmações, recorrendo, em vez disso, a citações famosas de outros autores, que em alguns casos já estão, também, a reproduzir dados de investigações anteriores. A frase citada exibiu uma forte concentração em duas contribuições originais e que efetivamente apresentavam dados empíricos, designadamente “artigos de Beckhard e Dyer (1983a, 1983b) foram citados onze vezes e uma monografia de Ward (1987) foi citada nove vezes” (Stamm & Lubinski, 2011, p. 118).

A falta de um entendimento em relação a uma definição de empresa familiar torna muito difícil a realização de estudos extensivos que possam ser comparáveis entre si, transformando a utilização das poucas estatísticas existentes numa verdade absoluta em qualquer parte do mundo e em qualquer período de tempo. Estes resultados, replicados de forma errónea, contribuíram para a perpetuação do mito popular “O avô cria a empresa, os filhos a desenvolvem e os netos destroem-na”. Também, neste campo específico, a taxa de sobrevivência/mortalidade das empresas familiares, só se torna relevante quando comparável às suas congêneres não familiares. Nesse sentido, após a realização de um estudo efetuado no Norte de Portugal, Marques (2018), afirma:

Ainda que se registe uma significativa heterogeneidade de novas empresas em função do setor de atividade económica, dimensão da empresa e conjuntura económica, em especial com a crise internacional de 2008, com a ajuda financeira sob o Memorando da Troika (2011-2015), as empresas familiares apresentam uma maior resiliência e longevidade face ao cômputo geral das empresas (Marques, 2018, p. 54).

Como o vimos anteriormente, apesar de existirem várias divergências em torno da definição de empresa familiar e da taxa de mortalidade destas organizações, é necessário sublinhar a existência de um consenso alargado sobre as questões em torno da sucessão como as mais importantes para a realidade das empresas familiares, desde logo por ser um momento crítico da vida da empresa (Marshall, 1996; Morck & Yeung, 2003; Neubauer & Lank, 1998). Com efeito, para Lodi (1987), a transferência de poder constitui o conflito mais difícil destas organizações e o problema é potenciado ao ser eleito um sucessor familiar. Aqui levantam-se questões de herança, consanguinidade e mérito, evidenciando o possível

nepotismo existente nas transições de gestão nas empresas familiares. Já Etzioni (1967) afirmou que a sucessão poderia ditar o fim da empresa, bem como proporcionar a sua renovação. Também o *European Family Businesses Barometer* (KPMG, 2017) estimava que, nos próximos 5 anos, se dará a maior delegação de poder e riqueza entre gerações na Europa.

No entanto, o primeiro passo para a análise das empresas familiares consiste em compreender o papel central da família no estudo destas organizações (Carlock & Ward, 2010; Chrisman *et al.*, 2005; Davis & Tagiuri, 1989; Gallo & Ribeiro, 1996; Gersick *et al.*, 1997; Guerreiro, 1996; Lima, 1999; Rodrigues, 2016), percebendo que muitos dos seus problemas estão centrados na presença de conflitos familiares dentro da empresa e nas questões envolvendo a sucessão (Kets de Vries, 1993). Sabendo que em Portugal, em 2016, mais de metade dos empregadores do setor privado (54,6%) detém o grau de escolaridade apenas até ao 9º ano (Cantante, 2018), existe uma oportunidade quando uma nova geração mais qualificada chega ao poder, podendo ser este o ponto de viragem rumo à profissionalização e internacionalização destas empresas. Este argumento baseia-se na hipótese avançada por Marques (2018) sobre a existência de uma maior consciencialização por parte dos empresários familiares da importância da relação entre a qualificação académica dos elementos da família e a profissionalização das suas empresas. Nesse sentido, para estudar a sucessão nas empresas familiares importa analisá-la como um processo e não um evento em si (Lansberg, 1999), procurando restituir as dimensões relacionadas com a origem social e das trajetórias de vida dos indivíduos (Bourdieu, 1999, 2007; Guerreiro, 1996; Rodrigues, 2016), bem como a divisão sexual do trabalho e segregação vertical de género (Bourdieu, 1999; Casaca & Perista, 2017; Marques, 2018).

Objetivos

A perspetiva sociológica é fundamental para a produção de conhecimento desta tipologia empresarial como realidade complexa e desafiante. O universo das empresas familiares, desconhecido em grande medida, evidencia forte heterogeneidade interna. Todavia, estas empresas são transversais na economia, existem em todos os setores de atividade, não se restringindo às PME, ainda que estas sejam dominantes. Igualmente, tendem a contribuir para o desenvolvimento local não só diretamente com a criação de emprego (membros não familiares e familiares), mas também através de iniciativas de promoção regional. Detêm maior resiliência e longevidade face ao cômputo geral das empresas, sendo, geralmente, expressão de projetos de vida tanto a nível económico e profissional como familiar e educacional.

O objetivo geral consiste em perceber quais as estratégias utilizadas pelas famílias na preparação do processo de sucessão das empresas familiares e explicar/compreender se as mudanças que ocorrem quando uma geração mais qualificada chega ao poder expressam, ou não, uma oportunidade de profissionalização da governação empresarial e transformação do padrão de especialização produtivo.

Como objetivos específicos, visa-se:

- 1) Identificar lugar de classe, relações de parentesco entre fundador e sucessor e respetivas trajetórias sociais dos empresários familiares (percursos escolares e profissionais);
- 2) Compreender tipos de relação e partilha de normas, valores e atitudes no que diz respeito aos papéis que indivíduos de diferentes géneros desempenham na família e nos negócios;
- 3) Identificar dimensões estruturais, organizacionais, relacionais e culturais destas empresas familiares, reunindo informação sobre os níveis estratégico, administrativo, operacional e de gestão;
- 4) Analisar dinâmicas de mudança nestas empresas, especificamente eventuais alterações de estratégias após a sucessão na estrutura de governação que a permitam posicionar para a sua sustentabilidade;
- 5) Compreender contextos sociais, económicos e culturais onde estas empresas estão envolvidas, reconhecendo formas de articulação entre empresa e família para fazerem face às exigências de profissionalização e internacionalização.

Metodologia /Descrição

Na descrição do nosso plano de pesquisa, iniciámos por assumir a definição proposta pela Comissão Europeia (CE, 2009). A partir daqui, por uma questão de delimitação do nosso universo alvo de empresas familiares, serão consideradas apenas as que já tenham passado por um processo de sucessão. Em seguida, em articulação com o objetivo geral e os específicos, entendemos que as estratégias familiares com vista à sucessão estão dependentes da origem social das famílias. Assim, a pesquisa desenvolver-se-á de acordo com um modelo analítico que compatibilize o nível macro, das origens sociais, meso, das relações que se costumam entre cada unidade social, nomeadamente família e empresa, e o micros social das biografias e trajetórias individuais localizadas em contexto familiar ou organizacional.

Iremos utilizar uma metodologia plural, respeitando uma lógica dedutiva, pluri-etápica, recorrendo a metodologia de cariz extensivo e intensivo. Procuraremos, assim, ao utilizar uma triangulação metodológica, mais do que procurar a validação cumulativa dos resultados obtidos, uma forma de integrar diferentes perspetivas do fenómeno em estudo.

Etapa 1 – Revisão da literatura e sistematização de estatísticas (01/01/2020 a 31/12/2022).

O recurso a técnicas de recolha e análise documental permitirá uma compilação e análise dos documentos, estudos e literatura especializada publicada em Portugal e internacionalmente acerca das empresas familiares. Para além da vertente sociológica, aqui privilegiada, iremos recolher os contributos de outras áreas de conhecimento (*e.g.* ciências económicas e gestão empresarial), que têm contribuído para o avanço da discussão teórica sobre os desafios destas empresas e o papel preponderante que representam para a economia, tanto a nível local, como nacional e internacional. Prestaremos especial

atenção aos contributos da sociologia, especificamente da sociologia do trabalho e das organizações, das desigualdades e da família. Conceitos como famílias empresárias, empresas familiares, qualificação escolar, origem social, capital económico, cultural e social, desigualdades de género, reprodução e mobilidade social serão alvo de reflexão teórica. Paralelamente à revisão da literatura, a aproximação ao nosso objeto de estudo exige um trabalho complementar de recolha e análise exaustiva de estatísticas e legislação específica sobre estas entidades empresariais de cariz familiar. Procuraremos conhecer as formas como estas empresas cooperam entre elas, como se associam e quais as suas reivindicações a um plano nacional e internacional. Sempre que possível utilizaremos a informação disponível que permita comparar a realidade portuguesa com o resto da Europa.

Etapa 2 – Inquérito por questionário ao universo de empresas familiares de 2.ª geração com sede fiscal nos NUTS III da região Norte de Portugal (01/11/2020 a 31/01/2022).

O acesso à base de dados do projeto “*Roadmap* para Empresas Familiares Portuguesas”, em desenvolvimento no quadro da entidade acolhedora deste projeto, proporcionará o alcance a 41.496 registos de empresas familiares (ano de referência: 2016). A partir desta base de dados, selecionaremos empresas com 25 ou mais anos de existência, de forma a identificar aquelas que já passaram por um processo de sucessão na gestão da empresa, para aplicar um inquérito por questionário. O uso desta técnica permitirá proceder a uma caracterização das empresas de 2.ª geração, relativamente ao seu número, setor de atividade em que operam, número de empregados, faturação anual, peso das exportações no volume dos negócios. Para a análise dos dados empíricos procederemos, numa primeira fase, a uma análise estatística uni e multivariada, o que nos permitirá caracterizar as empresas familiares de 2.ª geração e, numa segunda fase a uma análise comparativa dos dados destas empresas com outras empresas familiares que ainda não tenham passado por um processo de sucessão. Esta comparação será efetuada recorrendo aos dados do estudo “*Roadmap* para Empresas Familiares Portuguesas” que considerou na sua análise todas as empresas familiares independentemente da antiguidade destas, analisando, assim, empresas de primeira, segunda e terceira geração. Esta confrontação de dados é especificamente importante para a nossa investigação, na medida em que permitirá evidenciar se a chegada ao poder empresarial de uma geração mais qualificada será, ou não, um ponto de viragem para a profissionalização destas organizações.

Etapa 3 – Entrevistas em profundidade às 2.ªs gerações empresariais (01/01/2022 a 31/10/2022).

Nesta fase iremos utilizar uma metodologia de carácter intensivo, recorrendo à técnica de entrevistas aprofundadas, com a intenção de compreender os significados e sentidos que os indivíduos têm acerca do seu próprio trajeto de vida, bem como apreender as experiências e vivências por eles narradas.

O nosso objetivo consiste em estudar a diversidade de dimensões e a malha apertada de relações que se intercetam e sobrepõem entre o campo familiar e empresarial, durante um período relativamente longo. Tentaremos, mediante uma interlocução com os atuais responsáveis pela gestão das empresas familiares (empresários ou gestores familiares de 2.^a geração), aceder às suas histórias de vida e percursos face à empresa familiar. No fundo, tentaremos perceber se existiram constrangimentos e/ou oportunidades no processo de sucessão, e qual o peso resultante da empresa nas trajetórias de vida dos indivíduos. Em termos operacionais, os potenciais entrevistados serão selecionados por via dos contactos privilegiados disponíveis no âmbito do projeto “*Roadmap* para empresas familiares portuguesas”. Caracterizaremos também o perfil dos empresários e suas famílias, particularmente no que toca às variáveis sociográficas como, por exemplo, composição do agregado familiar do fundador e do sucessor, formação escolar, trajetória profissional e origem social. Prevê-se atender a critérios de idade, género, setor económico e posse de qualificação superior, até atingir o nível de saturação (estima-se um número de entrevistas entre 10 a 20). Será utilizada a técnica de análise de conteúdo através da construção de uma grelha de análise com base em categorias enunciadas *a priori*, acrescentando novas categorias sempre que a análise assim justifique. Ao efetuar uma triangulação de diferentes métodos, prevemos conceber uma reflexão crítica, apoiada numa visão heterogénea, construída a partir de diferentes realidades de empresários e empresas familiares.

Etapa 4 – Disseminação dos resultados obtidos e redação da tese (01/10/2022 a 31/12/2023).

Os resultados desta investigação serão utilizados para atualizar a plataforma *online* de acesso livre, *Roadmap* para Empresas Familiares Portuguesas (<https://www.roadmapef.pt/>). Prevê-se, também, a publicação de pelo menos um artigo em revista especializada nacional e um artigo numa revista internacional, para além de participação em seminários e congressos científicos.

Bibliografia

- Arrègle, J. L., & Mari, I. (2010). Avantages ou désavantages des entreprises familiales?: Principaux résultats des recherches et perspectives. *Revue Francaise de Gestion*, 200, 87–109.
<https://doi.org/10.3166/RFG.200.87-109>
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2007). *A Economia das Trocas Simbólicas*. Editoraperspetiva S.A.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Cantante, F. (2018). O Mercado de Trabalho em Portugal e nos Países Europeus. *Observatório Das Desigualdades*, 199. <https://doi.org/10.15847/CIESOD/MERCADODETRABALHO>
- Carlock, R. S., & Ward, J. L. (2010). *When Family Businesses are Best*. UK:Palgrave Macmillan.
<https://doi.org/10.1057/9780230294516>
- Casaca, S., & Perista, H. (2017). *Como explicar o persistente diferencial salarial em desfavor das mulheres? Um contributo com base nas dinâmicas laborais recentes em Portugal*. Retirado de <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/home.html>
- Chrisman, J. J., Chua, J. H., & Sharma, P. (2005). Trends and directions in the development of a strategic management theory of the family firm. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29, 555–575. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2005.00098.x>
- Chua, J. H., Chrisman, J. J., & Sharma, P. (1999). Defining the Family Business by Behavior. *Entrepreneurship Theory and Practice*. <https://doi.org/10.1177/104225879902300402>
- Comissão Europeia (2009). *Final report of the expert group. Overview of the family-business-relevant issues: research, networks, policy measures and existing studies*.
<https://ec.europa.eu/docsroom/documents/10388/attachments/1/translations/en/renditions/native>.
- Davis, J. A. (1982). *The influence of life-stage on father-son work relationship in family companies*. Unpublished doctoral dissertation. Harvard Business School.
- Davis, J. A., & Tagiuri, R. (1989). The Influence of Life Stage on Father-Son Work Relationships in Family Companies. *Family Business Review*, 2, 47–74. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1989.00047.x>
- Dery, R. Dupuis, J.P., Hugron, P. & Émond-Péloquin, L. (1993). *La variété des entreprises familiales : constructions théoriques et typologique*. (Cahier de recherche no. GREFO93-08). Montréal: Groupe de recherche sur les entreprises familiales, École des HRC.
- Donnelley, R. G. (1967). A emprêsa familiar. *Revista de Administração de Empresas*, 7, 162–198.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23910/a-empresa-familiar/i/pt-br>
- Etzioni, A. (1967). *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira.
- European Commission. (2009). Final Report of the Expert Group Overview of Family – Business –

- Relevant Issues. *Challenges*, November, 1–33.
- Gallo, M. A., & Ribeiro, V. S. (1996). *A gestão das Empresas Familiares*. Editora Almedina.
- Gersick K., Davis, J, Hampton, M., Lansberg, I. (1997). Generation To Generation Life Cycles Of The Family Business. In *Harvard Business School Press*. Boston: Harvard Business School Press.
- Gorgati, V. (2000). *Os determinantes da estrutura de capital de empresas familiares brasileiras durante os processos sucessórios*. Dissertação Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Grzybowski, D., & Tedesco, J. C. (1998). EMPRESA FAMILIAR X COMPETITIVIDADE: TENDÊNCIAS E RACIONALIDADES EM CONFLITO. *Teoria e Evidência Econômica*, 6, 37–68.
<https://doi.org/https://doi.org/10.5335/rtee.v6i11.4785>
- Guerreiro, M. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*. Celta Editora.
- Harms, H. (2014). Review of Family Business Definitions: Cluster Approach and Implications of Heterogeneous Application for Family Business Research. *International Journal of Financial Studies*, 2, 280–314. <https://doi.org/10.3390/ijfs2030280>
- Hernández-Linares, R., Sarkar, S., & Cobo, M. J. (2018). Inspecting the Achilles heel: a quantitative analysis of 50 years of family business definitions. *Scientometrics*, 115, 929–951.
<https://doi.org/10.1007/s11192-018-2702-1>
- Holton, R. (2016). A critical look at “survival” statistics. *Family Business Magazine*, 43, 8–20.
<https://doi.org/10.1007/s10701-011-9599-3>
- Kets de Vries, M. F. R. (1993). The Dynamics of family Controlled Firms: The Good and the Bad News. *Organizational Dynamics*, 21, 59–71. [https://doi.org/10.1016/0090-2616\(93\)90071-8](https://doi.org/10.1016/0090-2616(93)90071-8)
- KPMG International and European Family Businesses. (2017). *European family business barometer. Sixth edit*, 40. Retirado de <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2018/09/european-family-business-barometer-embracing-innovation-seventh-edition.html>
- Lansberg, I. (1999). *Succeeding Generations: Realizing the Dream of Families in Business*. Harvard Business Review.
- Lima, M. (1999). *GRANDES FAMÍLIAS GRANDES EMPRESAS, Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*.
- Lodi, J. B. (1987). *Sucessão e conflito na empresa familiar*. São Paulo: Pioneira.
- Marques, A. P. (2018). *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
<https://doi.org/10.21814/1822.55802>
- Marshall, A. (1996). *PRINCÍPIOS DE ECONOMIA, TRATADO INTRODUTÓRIO*. Editora Nova Cultural Ltda.
- Morck, R., & Yeung, B. (2003). Agency Problems in Large Family Business Groups. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 27, 367–382. <https://doi.org/10.1111/1540-8520.t01-1-00015>
- Neubauer, F., & Lank, A. G. (1998). *The Family Business: It's Governance for Sustainability*. Macmillan

Press Ltd.

- Pérez, P. F., & Colli, A. (2010). *The Endurance of family businesses: A global overview*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139794848>
- Pieper, T. M., Kellermanns, F. W., & Astrachan, J. H. (2021). *Update 2021: Family Businesses' Contribution to the U.S. Economy*. Retirado de https://familyenterpriseusa.com/wp-content/uploads/2021/02/Family-Businesses-Contribution-to-the-US-Economy_v.01272021-FINAL_4.pdf
- Rodrigues, J. (2016). Família empresária e competências empreendedoras. *Forum Sociológico*, 29, 53–63. <https://doi.org/10.4000/sociologico.1497>
- Stamm, I., & Lubinski, C. (2011). Crossroads of family business research and firm demography-A critical assessment of family business survival rates. *Journal of Family Business Strategy*, 2, 117–127. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2011.07.002>
- Ussmane, A. (1994). *A Transferência de Geração na Direcção das Empresas Familiares em Portugal (Não publicado)*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior.
- Ward, J. (1987). *Keeping the Family Business Healthy: How to Plan for Continuing Growth*. Jossey-Bass.

Entendendo o percurso da teoria da reprodução social na teoria marxiana

Gabriela Salcedo Figueira

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo:

Este ensaio realiza uma apresentação de alguns dos conceitos-chave marxistas pelos quais percorreu a teoria da reprodução social para, com isso, chegar no entendimento de que a opressão das mulheres no capitalismo é estrutural ao próprio sistema capitalista e essencial para o seu funcionamento. Pelo prisma da referida corrente teórica, procura-se elucidar onde se encontra e como se operacionaliza essa específica opressão.

Palavras-chave: força de trabalho, género, opressão das mulheres, reprodução do capital, teoria da reprodução social.

Do casamento entre o feminismo e o marxismo

Há algumas correntes teóricas feministas que propõem compreender a opressão das mulheres na sociedade capitalista embasada na conceção marxista deste sistema. A seguir, apresentaremos três delas: a de perspectiva dual, a do capitalismo indiferente e a da reprodução social. A primeira interpreta as relações de género e de classe como dois sistemas autônomos que, ao se interagirem ou se interseccionarem, fortalecem um ao outro¹³. Sinteticamente, os problemas identificados nesta leitura são (i) que os dois sistemas, por funcionarem com lógicas próprias de exploração, dominação e opressão, seriam também sistemas de produção e reprodução próprios e (ii) como corrente teórica, apenas adiciona uma teoria de relação de género à teoria marxista (Arruzza, 2017).

A segunda entende o sistema capitalista indiferente às relações entre os sexos, ao género e à opressão das mulheres, sendo essa presente na sociedade capitalista porque é remanescente de formações sociais anteriores – o que é já inicialmente percebido como contraditório, porque pode-se dizer que em todas as sociedades que se tornaram capitalistas encontram-se opressões relativas ao género, mas o

¹³ Também pode ser de perspectiva tripla, quando se inclui a raça.

contrário não pode ser dito. Isto é, nem todas as sociedades que se transformaram em capitalistas eram antes opressoras das mulheres. Deste modo, para o argumento dessa teoria fazer sentido, teria de se defender que o capitalismo, além de ter imputado seu sistema de classes às sociedades não capitalistas, transportou com ele o sistema patriarcal reminiscente de sociedades europeias, mas de qualquer forma, neste caso hipotético, o sistema de classes já não poderia ser considerado independente¹⁴. Essa vertente defende que o capitalismo tem uma relação meramente oportuna com o patriarcado e as desigualdades de género, mas que poderia operar sem eles. Resumidamente, os problemas identificados neste caso são: (i) em toda e qualquer sociedade onde o capitalismo se implantou, houve uma transformação radical das relações sociais e familiares; e (ii) a conceção teórica reduz o capitalismo a um sistema apenas económico – de extração de mais-valia –, quando é um sistema social (Arruzza, 2015).

A teoria da reprodução social (TRS) pode ser considerada a própria antítese da perspetiva do capitalismo indiferente, uma vez que, ao contrário de ver o patriarcado como algo independente, paralelo e até mesmo desnecessário à classe, compreende o género e a opressão das mulheres no capitalismo como intrínsecos do sistema capitalista (Arruzza, 2015). Por isso, é também denominada teoria unitária, porque, além de perceber as experiências diferenciadas por género, raça e classe mas derivadas de um só sistema de exploração (Ferguson, 2018), defende que “a opressão de género é essencial ao funcionamento interno do capitalismo” (Arruzza, 2015, p. 51). Isso não quer dizer que essa teoria argumenta que as desigualdades de género nasceram com o capitalismo. Acredita-se que houve, sim, um patriarcado anterior à formação capitalista, mas esse foi cooptado pelo capitalismo e tomou os moldes da sociedade de classes para que, assim, funcionasse dentro e para esta lógica de ordenamento social.

Objetiva-se, agora, prosseguir com o entendimento da TRS sobre a opressão das mulheres no capitalismo a partir das regras gerais desse sistema conforme explanadas por Karl Marx. Essa corrente demonstra que é possível explicar uma opressão específica das mulheres no capitalismo amparada na teoria marxista, mesmo essa não tendo sido um assunto entendido como essencial ao funcionamento do mesmo por Marx. Em outras palavras, a TRS compreende que, embora Marx não tenha tratado especificamente do género na operação do capitalismo, isto não significa que ele não esteja lá; só foi necessário retirá-lo deste silêncio. Para tanto, tais teóricas exploraram alguns conceitos centrais capazes de desmistificar a mulher no capitalismo e, com isso, desfragmentaram a experiência dos oprimidos neste sistema.

Sendo assim, este trabalho procura percorrer a parte prioritária do trajeto conceitual pelo qual caminhou a teoria da reprodução social, que, ao fim, permitiu identificar a opressão das mulheres como algo estrutural do sistema capitalista. Primeiramente, será exposto como esses referidos conceitos são definidos no marxismo e, depois, como eles são usados pela teoria da reprodução social para compreensão dessa opressão própria da sociedade de classes capitalista.

¹⁴ Para exemplos do funcionamento de sociedades não patriarcais ver Lugones (2018).

Dos conceitos marxistas abordados pelas feministas da reprodução

Um dos organizadores de toda e qualquer sociedade é o trabalho. É possível perceber muito de como se dão seu ordenamento social, sua construção de valores e relações sociais a partir do modo que se institui sua divisão social do trabalho. O caso da sociedade capitalista não é diferente: é toda uma formação social orientada pela relação social de produção e o modo de produção capitalista. Iniciemos, portanto, por tentar situar como a sociedade capitalista se organiza em volta do trabalho para, por fim, propor o entendimento de como essa organização pode ser vista como forjada sobre a opressão das mulheres.

Em poucas palavras, Karl Marx define que a característica essencial de todo o trabalho humano é o de ser produtor de valor de uso, ou seja, uma atividade que resulta na produção de um objeto útil à humanidade. Diz o teórico que o trabalho é uma condição de existência dos homens, em qualquer que seja a organização social que estejam inseridos. Constitui-se num ato que medeia o homem e a natureza, sendo necessário para a continuidade da vida humana. Ainda afirma que, ao executar um trabalho, o homem transforma a matéria com o auxílio das forças da própria natureza. Podemos pensar, a título de exemplo, num simples assado para alimentação ou em algo um pouco mais complexo, como a produção do vidro, que precisa de liquidificar e fundir areia, sódio e outras substâncias para compor o material: ambos são preparados com o fogo, uma força natural. Por isso, diz ele, o trabalho é produtor de valor de uso, e a natureza também (Marx, [1867] 2011).

O trabalho humano utiliza-se de artigos produzidos naturalmente e os transforma para uso e consumo humano. Contudo, como já referido, o processo de trabalho é moldado pela organização social que dele depende para se manter enquanto sociedade, por isso considerado um processo sócio-histórico, uma construção social desenvolvida ao longo de seu percurso histórico. No caso da sociedade capitalista, o trabalho que transforma a matéria biológica num produto, como o vidro, poderia ser interpretado como um trabalho produtivo. Ele seria assim caracterizado se fosse produzido com o intuito de ser adquirido e usufruído por outrem, somando-se a isso ao facto de que tal mercadoria foi produzida a partir de uma relação social de produção capitalista, o que envolve a exploração do trabalhador pelo capitalista (Marx, [1905] 1980). Então, no sistema capitalista, existe um ordenamento social que produz artigos de valor de uso para outras pessoas, mas que só podem desfrutar desses objetos se os comprarem. Para serem comprados, esses objetos precisam ter os seus valores quantificados, o que é possível realizar atribuindo-lhes um valor de troca. Sendo assim, as mercadorias comercializadas para além de serem detentoras de um valor de uso, também são de um valor de troca. O que é, então, valor de uso e valor de troca?

Como já indicado, mas agora nas palavras de Marx ([1867] 2011, p. 158), “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. Se, por exemplo, uma pessoa trabalha para construir um artigo que não

tem qualquer qualidade para o consumo, qualquer utilidade, aquele trabalho foi improdutivo¹⁵ e, além de tudo, produziu um artigo inútil, o que permite concluir que nem todo resultado do trabalho humano gera valor de uso. O teórico explica que, para um artigo produzido pela ação humana tornar-se uma mercadoria, o seu corpo ou a sua materialidade há de ser útil ao uso ou consumo de outras pessoas que não somente aquela que o produziu. Se, hipoteticamente, uma pessoa constrói um objeto útil para ela, mas somente para ela, este objeto tem valor de uso, porém nunca terá valor de troca, isto é, nunca será uma mercadoria. Marx esclarece que apenas um produto que tem um valor social de uso pode vir a ter valor de troca: “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca” (Marx, [1867] 2011, p. 158).

Pode-se dizer que há uma diferença primária e relacional entre valor de uso e valor de troca: o primeiro diz respeito à característica qualitativa da mercadoria e o segundo, à quantitativa. Isto é, em razão de um objeto ter uma certa qualidade e uma certa quantidade, ele pode ser mensurado, equiparado e trocado por outro artigo distinto. O que resta entender agora é essa quantidade: o quanto de que é trocado? De trabalho empregado na feitura do artigo, atesta o teórico.

Marx esmiúça essa resposta com o exemplo de duas mercadorias, o trigo e o ferro. Ambas possuem qualidades diferentes e ainda assim podem ser trocadas sem que essa seja uma troca desigual, contanto que as proporções de cada mercadoria estejam bem ajustadas. Diz o autor que, se é possível que 1 *quarter* de trigo seja equivalente a x quintais de ferro, efetuando-se uma troca nivelada, pode-se afirmar que há algo comum de mesma grandeza entre o trigo e o ferro que não é ferro nem trigo. Ou seja, as duas mercadorias possuem valor de uso e valor de troca, sendo que, apesar da qualidade distinta, é possível proporcionar a quantidade deste item comum às duas para que sejam por ele igualadas. Nas suas palavras: “Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nenhuma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira” (Marx, [1867] 2011, p. 159).

Fica claro que o valor de troca de uma mercadoria é a quantidade de uma substância que ela tem e que permite trocá-la por todas as outras mercadorias, que também possuem quantidades dessa substância. Ora, o que toda e qualquer mercadoria tem em comum é o trabalho humano. A unidade do valor de troca é determinada pela quantidade de trabalho aplicado para dar forma a um artigo, sendo essa quantidade medida pelo tempo de trabalho social necessário para a fabricação desta mercadoria. Desta forma, não se pode dizer que um objeto muito valioso assim o é porque é mais ou menos útil, mas sim porque o tempo de trabalho social necessário para a sua produção é longo.

¹⁵ Há outros tipos de trabalho que, embora gerem bens de valor de uso e de troca, também são definidos como improdutos. Ver em Marx ([1905] 1980, pp. 132-282).

Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado (Marx, [1867] 2011, p. 163).

A partir daqui podemos abrir a discussão para outro conceito necessário para elaboração da TRS: o valor do trabalho. Apesar de uma mercadoria ter um valor de troca correspondente a quantidade de trabalho nela cristalizado, o valor que o trabalhador recebe pela cristalização de seu trabalho não é equivalente ao valor de troca da mercadoria que produziu (Marx, [1865] 2004). Sabe-se que, no sistema capitalista, o trabalho realizado numa mercadoria foi executado por alguém que não detém o material exigido à feitura daquele artigo. Por exemplo, o trabalhador de uma fábrica de sapato não possui a cola, o couro, o tecido utilizado para compor um calçado. Esses materiais são fornecidos pelo capitalista, o proprietário dos meios de produção que paga ao trabalhador um salário pela força de trabalho aplicada para a realização das mercadorias.

Nesse pagamento se aloca o desequilíbrio entre o valor da mercadoria e o valor do trabalho. Conforme explana Marx, o pagamento do salário representa a compra do tempo de trabalho de um trabalhador, e não do trabalho cristalizado. Uma vez que o trabalhador não tem meios de produção para produzir os seus próprios artigos e comercializá-los, a única coisa que tem para vender é sua força de trabalho, sendo que quem a compra tem a disposição do uso desta força por determinado tempo. Por isso, o valor do trabalho é, na verdade, o valor da força do trabalho, que também deve ser compreendida como uma mercadoria (Marx, [1965] 2004).

Ora, para ser assim entendida, chegamos em um dos dois pontos cruciais dos que ainda serão trabalhados para compreensão da reprodução social no capitalismo. Primeiro, quanto um capitalista precisa pagar para adquirir o direito de usufruir temporariamente da força de trabalho de um trabalhador? Valor suficiente para suprir a manutenção de sua capacidade produtiva. Isto é, o salário tem de corresponder ao valor das mercadorias consumidas e usadas pelo trabalhador para garantir a sua própria sobrevivência e regeneração. Deste modo, o valor de troca da força de trabalho é similar ao valor da quantidade de trabalho necessário para a manutenção e reprodução do trabalhador; e é daí que o capitalista consegue obter um lucro futuro, porque o salário que paga o trabalhador apenas pelo trabalho necessário é inferior ao valor de troca das mercadorias que ele produziu durante o tempo que cedeu sua força de trabalho. O lucro é obtido quando a mercadoria é vendida pelo valor do trabalho social total cristalizado, embora ele não tenha sido pago por completo ao trabalhador. Ou seja, “o custo da mercadoria para o capitalista e o custo real são coisas diferentes” (Marx, [1865] 2005, p. 60).

Marx ([1865] 2004) exemplifica essa relação de desequilíbrio com o trabalho de um fiandeiro. Diz o autor que esse trabalhador necessita de 3 xelins de ouro para sua reprodução diária, sendo que ele produz esse valor em mercadorias com 6 horas de trabalho. Mas quando vende a sua força de trabalho por 3 xelins de ouro, o contrato dessa relação de compra e venda – o contrato de trabalho – estabelece que o capitalista, aquele que a compra, poderá usufruir da sua força de trabalho por um período de 12 horas. Assim, o trabalhador produzirá em fios valor equivalente a 6 xelins, mas receberá apenas 3 xelins, quantia suficiente para que mantenha sua capacidade produtiva para no dia seguinte a vendê-la novamente ao capitalista.

Esses 3 xelins que não foram pagos ao trabalhador, embora tenham sido produzidos por ele, constituem a chamada mais-valia, que fica sob o domínio do capitalista sem ele ter pago qualquer equivalente por ela (Marx, [1865] 2004). As trocas sobre as quais se fundam o sistema de salários, aponta Marx, funciona nesses parâmetros, dando a falsa impressão ao trabalhador de que seu trabalho total foi pago. Ainda, diz ele, é por essa relação de exploração entre o comprador e o vendedor da força de trabalho que se realiza a constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.

Partimos, agora, para o segundo ponto: como então calcular o valor do trabalho necessário, que ganhará a forma de salário? Conforme define Marx, o valor do trabalho necessário – o salário – é equivalente à somatória dos valores de todas as mercadorias que foram usadas e consumidas pelo trabalhador como meios de subsistência à sua manutenção e reprodução (Marx, [1867] 2011). Isso explica, por exemplo, a variação dos valores dos salários: uma vez que certos tipos de força de trabalho requerem mercadorias diferentes para a sua produção e reprodução, alcançam preços também diferentes no mercado de mão de obra (Marx, [1865] 2004). Diz o teórico:

O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção (Marx, [1867] 2011, p. 318).

Com o que foi abordado até aqui, acredita-se que já está esclarecido como a produção capitalista opera para gerar acumulação de capital: o trabalhador é retribuído pela venda de sua força de trabalho com valor inferior ao que de facto produziu, para que assim o capitalista se aproprie de um valor não pago, a mais-valia. A produção de mais-valia é, portanto, “a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, [1867] 2011, p. 841). Contudo, não basta que esse processo seja realizado uma única vez, ele precisa ser contínuo para gerar acumulação e, também, para a perseverança da sociedade nestes moldes.

A continuidade desse processo de produção é o que Marx denomina de reprodução do capital. Diz o teórico que, no capitalismo assim como em qualquer outra sociedade, o processo de produção social é simultaneamente um processo de reprodução, uma vez que é preciso converter uma parte do que foi

produzido em elementos para uma nova produção. No caso da sociedade capitalista, essa forma de produção está alicerçada na exploração do trabalhador e por isso, para mantê-la ao menos na mesma escala de grandeza, é preciso manter a disponibilidade de trabalhadores ao mercado de trabalho. Atesta ele: “Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista” ([1867] 2011, p. 787).

Entramos, portanto, noutra questão: como esse processo de produção e reprodução do trabalhador – e conseqüentemente da mercadoria força de trabalho – é realizado? Segundo Marx, se um processo de produção é capitalista o seu processo de reprodução também leva os mesmos moldes. Por isso, no capitalismo há de se incluir essa reprodução no modo que regula a exploração do trabalhador, no sistema de salários: o valor da sua força de trabalho tem de ser suficiente para a manutenção do próprio trabalhador e de seu núcleo familiar, pois são os seus filhos que serão os futuramente disponibilizados no mercado de mão de obra¹⁶. Quanto à reprodução natural desses filhos, diz Marx: “O capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores” (Marx, [1867] 2011, p. 789).

O olhar da TRS: a mulher no processo de reprodução do capital

Ao longo dos escritos de Marx, observa-se o teórico não chegou a ponderar o trabalho que se realiza para a reprodução dos trabalhadores, tendo em vista que, considerando os seus escritos ao longo de sua vida, se centrou primordialmente no processo de trabalho gerador das mercadorias para a reprodução dos portadores de força de trabalho. Porém, bem sabemos que essas não são as únicas atividades das quais a reprodução humana depende: é preciso realizar alguns trabalhos voltados ao próprio uso e consumo, como alimentação, limpeza e higiene, manutenção da habitação, cuidados físicos e emocionais, entre outras atividades não produtoras de mercadorias. Ou seja, fora da esfera produtiva – onde realiza-se a relação de exploração entre trabalhador e capitalista –, há uma série de atividades fulcrais para a contínua reprodução dos trabalhadores que correspondem a um trabalho não produtivo, não gerador de valor de troca, mas que produzem um valor de uso indispensável a esse processo de reprodução.

Esta esfera costuma estar materializada no ambiente doméstico da família do proletariado e este trabalho é o qual o teórico chama de livre, “trabalho livre no âmbito doméstico” (Marx, [1867] 2011, p. 575) ou de improdutivo (Marx, [1905] 1980, p. 145). Neste ponto, as feministas da reprodução social entram em desacordo com Marx. Dizem elas que esse trabalho é mais bem conceituado como trabalho reprodutivo e abarca três tipos de atividades exercidas para a produção e renovação da força de trabalho: regeneração do trabalhador e trabalhadora, como alimentação, descanso e cuidados de âmbito emocional;

¹⁶ Marx ([1867] 2011, p. 576) ressalva que o valor da força de trabalho foi reduzido com a inserção das mulheres e crianças no mercado de trabalho após a mecanização do processo produtivo, em razão, portanto, de uma maior oferta de mão de obra. Com isso, o valor do trabalho social necessário para a reprodução dos trabalhadores passou a ser dividido entre todos os membros ativos do agregado familiar.

regeneração de pessoas fora do processo produtivo – crianças, desempregados e idosos; e reprodução de novos trabalhadores, ou seja, a reprodução natural e gestacional (Bhattacharya, 2019). Distingue-se, portanto, do trabalho produtivo, mas isso não quer dizer que seja um trabalho livre do sistema de exploração, dominação e opressão capitalista. Conforme defendem, é um trabalho sistematicamente explorado para o ordenamento da sociedade de classes e integrado ao processo de produção e reprodução capitalista.

Ora, dizem elas, se a produção de mais-valia é a lei absoluta do modo de produção capitalista e essa é, por sua vez, extraída a partir da exploração da força de trabalho, há de ser basilar para a estrutura do capitalismo quem produz e como se produz o portador dessa força. Ao procurar compreender esse processo de produção e reprodução biológico e geracional dos trabalhadores, as feministas da reprodução social chegam à conclusão de que o funcionamento da sociedade de classes depende da desigualdade de gênero (Brenner & Laslett, 1989). Isto porque o sistema necessita de atividades que somente as mulheres são capazes de realizar: o gestar, o parir e o amamentar (Vogel, [1983] 2013). Antes de a teoria ser acusada de biológica determinista, há de se considerar que as teóricas ponderam que todo trabalho social é corporificado, fazendo com que no seu desenvolvimento sócio histórico a distinção biológica entre sexos importe. Ainda, dizem, apesar de a reprodução biológica ser algo natural, a naturalidade só cabe ao processo fisiológico da reprodução de novos seres; o modo pelo qual a reprodução é realizada se adequa ao ordenamento da sociedade reproduzida (Ferguson, 2018; Vogel, [1983] 2013).

Ainda assim, poder-se-ia questionar se o facto de as mulheres serem as biologicamente capazes de gerar novos trabalhadores necessariamente leva a uma relação de desigualdade. A TRS diz que na sociedade capitalista sim. Inicialmente, explica-se que, embora o trabalho executado no seio da família proletária para a renovação geracional dos trabalhadores não ser produtor de valor de troca, ele não está livre das forças do capital. Pelo contrário, o trabalho reprodutivo é parte do processo de reprodução do capital, sendo constantemente coagido pela e direcionado para a esfera produtiva, de produção de valor (Ferguson & McNally, 2013). Tal trabalho está dentro do trabalho social necessário definido por Marx, mas também invisibilizado por ele, tendo em vista que o teórico só considerou para a elaboração e percepção do conceito o trabalho que resultava em valor de troca.

Ainda assim, poder-se-ia contrariar: a força de trabalho gerada pelo trabalho reprodutivo é uma mercadoria, pois não? Não seria então o trabalho reprodutivo um trabalho produtivo? Não propriamente. Além de não existir uma relação direta de exploração e apropriação de mais-valia entre o capitalista empregador dos portadores de força de trabalho e a mulher produtora de tais portadores (Vogel, [1983] 2013), Marx ([1867] 2011) ainda esclarece que a força de trabalho só se torna mercadoria quando é vendida; o portador da força de trabalho que usa desta força para si é portador apenas de valor de uso. Assim sendo, dentre as conclusões obtidas pela TRS quanto à opressão das mulheres no capitalismo, encontra-se:

As mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seus trabalhos domésticos produzem valor para o capital, não por causa de um impulso transistórico patriarcal opondo homens contra mulheres (apesar dessas atitudes terem claramente persistido através do tempo e lugar). As raízes sócio-materiais da opressão das mulheres sob o capitalismo têm a ver, em vez disso, com o relacionamento estrutural da unidade doméstica [household] com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam de ser capazes de regular suas capacidades biológicas de produzir a próxima geração de trabalhadores para que a força de trabalho esteja disponível à exploração (Ferguson & McNally, 2013, p. xxv).

Partimos agora para a segunda etapa da resposta, que concerne ao modo pelo qual o sistema capitalista regula essa força reprodutiva, ou, em uma só palavra, oprime. Ferguson e McNally (2013) nos dizem que, para manter a disponibilidade do trabalhador no mercado de trabalho sem correr riscos de perder força produtiva, o capitalismo em funcionamento regulado pelos Estados capitalistas e suas instituições desenvolve ferramentas e aparatos para a obtenção desta meta. Entre eles, incidem o controle sobre reprodução biológica, formas e criação de família, manutenção da ordem de gênero e da sexualidade, o que abrange, inclusive, a caráter heterossexual do sistema.

Pode-se ainda ilustrar uma das formas pela qual se realiza o controle do corpo das mulheres e da reprodução com o caso da diferença salarial entre homens e mulheres. A teoria da reprodução social defende que essa desigualdade funciona a favor da manutenção da sociedade de classes porque, ao retribuir o trabalhador homem com melhores posições e remunerações, imputa à mulher a menor parcela do valor necessário para a subsistência familiar, o que desencadeia uma série de consequências.

Lembremos que, na concepção marxista, o valor recebido pelo trabalhador em troca da sua força de trabalho corresponde ao valor do trabalho necessário para a sua reprodução; mas atentemos, a família proletária tem o valor do trabalho necessário para a sua reprodução dividido entre o valor pago pela força de trabalho de todos os membros ativos desta família. Sendo assim, a desigualdade salarial entre os sexos fortalece as desigualdades de relação entre os sexos, entre elas: (i) legitima a ideologia da supremacia masculina sobre a mulher, ocasionando uma relação entre os sexos de subordinação dentro da família, e (ii) forja a ideia de que um membro da família não contribui igualmente para a sua manutenção e, portanto, ainda deve trabalho à reprodução dessa. Ainda é benéfica para o próprio capitalista, porque, ao manter a mulher como responsável dessas atividades, estabiliza o valor do trabalho socialmente necessário que tem de ser pago em retribuição ao trabalho produtivo dos membros ativos dessa família (Vogel, [1983] 2013).

Deste modo, as feministas da reprodução social avaliam que o capitalismo, com as práticas desiguais de gênero cooptadas, transformadas, imputadas e enraizadas em seu modo de ordenamento, desenvolveu uma forma específica de organização social-sexual; e, dizem elas, apesar de a supremacia

masculina estar alastrada por toda a sociedade capitalista em suas diferentes formas e práticas, ela é, no fundo, mais uma etapa do funcionamento do processo de apropriação de mais-valia por garantir a produção e reprodução da classe explorada.

Considerações finais

Nos parágrafos iniciais deste ensaio, procurou-se ilustrar a diversidade das correntes teóricas que procuram explicar a opressão das mulheres na sociedade contemporânea e como essa opressão se relaciona com o sistema social em que nos inserimos, o capitalismo. Pode-se dizer que essas citadas ainda correspondem a uma parcela muito pequena das explicações já elaboradas no âmbito das ciências sociais, sendo que há ainda divergências teóricas dentro das mesmas perspectivas que abordam o problema social em questão. Enquanto algumas delas retiram a responsabilidade do capitalismo em relação à condição de oprimida da mulher na formação social capitalista, aludindo, então, ser possível existir uma sociedade capitalista em que não haja opressão relativa ao gênero, a TRS diz o contrário: enquanto houver capitalismo, haverá opressão contra as mulheres, porque esse sistema depende do controle dos corpos femininos e da sua força de trabalho para conquistar o objetivo que o norteia: acumular capital.

Não se desejou aqui entrar nas divergências dentro da perspectiva feminista da reprodução social, mas sim demonstrar como a TRS chega a essa reflexão. Essa teoria não requer uma reformulação das regras gerais do funcionamento do capitalismo como definidas em Marx para se perceber a opressão das mulheres. Ela exige enxergar onde se aloca, se realiza e se manipula o gênero nessa operacionalização sistemática. Assim, percebe que, se na base da relação de exploração indispensável para o capitalismo por garantir a acumulação de capital está o trabalhador oprimido, essa estrutura basal também tem de estar ocupada por aquelas que produzem o trabalhador, as mulheres oprimidas. Ou seja, assim como para se gerar e se apropriar da mais-valia, vender mercadorias e garantir o lucro há de se oprimir de modo específico os trabalhadores e trabalhadoras na e para a esfera produtiva, para se garantir a disponibilidade do trabalhador produtivo é preciso regular a sua produção oprimindo suas produtoras diretas – as mulheres – de modo específico na e para a esfera reprodutiva.

Bibliografia

- Arruzza, C. (2017). Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, 10, 39-59.
- Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, 23, 33-58.
- Bhattacharya, T. (2019). O que é a teoria da reprodução social?. *Outubro Revista*, 32, 101-113.
- Brenner, J., & Laslett, B. (1989). Gender and social reproduction: historical perspectives. *Annual Review of Sociology*, 15, 381-404.
- Ferguson, S. (2017). Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, 10, 13-38.
- Ferguson, S.; & McNally, D. (2013). Capital, Labour-power, and Gender-relations: Introduction to the Historical Materialism. In L. Vogel ([1983] 2013). *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (pp. xvii-xl). Brill.
- Lugones, M. (2018). Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In M. Baptista. (Org). *Gênero e performance: textos essenciais 1*. Grácio Editor.
- Marx, K. ([1865] 2004). *Salário, preço e lucro*. Edições Avante.
- Marx, K. ([1867] 2011). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Boitempo.
- Marx, K. ([1905] 1980). *Teorias da mais-valia*. Civilização Brasileira.
- Vogel, L. ([1983] 2013). *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Brill.

Sobre colaborações, ciência e sociedade

Helena Antunes

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

Este texto resulta do trabalho realizado no âmbito da Unidade Curricular “Seminário Temático”. Procura-se explicitar os modelos teóricos de inovação do conhecimento que enfatizam o interesse da colaboração entre universidade e outras organizações. Pretende-se comparar os pressupostos destes vários modelos e mostrar as implicações práticas dos mesmos para pensar a ciência hoje.

Palavras-chave: conhecimento, produtividade, quadrupla hélice, quintupla hélice, tripla hélice.

Introdução

A ciência resulta da acumulação de conhecimento. As condições inerentes à sua produção, avaliação, disseminação e uso têm vindo a ser alvo do interesse dos cientistas das mais diversas áreas. Outrora tidas como organizações fechadas, as instituições de ensino superior começaram a ser entendidas como sistemas que pressupõem articulação das organizações com o ambiente externo circundante, incluindo o Governo e as organizações empresariais. Este modelo interativo pressupõe que a universidade deve orientar-se para a intervenção e a superação dos problemas sociais, através da colaboração entre investigadores académicos e investigadores.

Neste texto¹⁷ começaremos por apresentar os modelos da tripla à quintupla hélice; passando, de seguida, a alguma reflexão sobre as suas implicações práticas para a ciência. Finalmente, serão apresentadas umas breves conclusões.

Sintetizando a abordagem teórica sobre os modelos: da tripla à quintupla hélice

A tripla hélice

A tripla hélice designa um modelo de análise da inovação em ciência, no qual se assume que as instituições de ensino superior, as empresas e o Governo interagem de forma a promover o crescimento

¹⁷ As traduções das citações em língua portuguesa ao longo deste trabalho são da responsabilidade da sua autora.

económico e o desenvolvimento social, por meio da inovação e do empreendedorismo (Etzkowitz & Zhou, 2017). Dá-se realce ao papel das instituições de ensino superior como fontes de inovação, que acumulam com as de ensino/educação que já lhe eram acometidas. De acordo com Etzkowitz e Zhou (2017), a academia estando “dedicada à produção e disseminação criativas de novo conhecimento sob a forma de ideias e tecnologia” (p. 25) constitui a “grande transformação” da era atual. Neste modelo de tripla hélice argumenta-se ser necessário que haja cooperação, colaboração e interação entre os seus três elementos constituintes, em termos de produção e disseminação de conhecimento científico. Etzkowitz e Zhou (2017) identificam-se com a abordagem sistémica de inovação, ao referirem que nesta perspetiva, as organizações são concebidas “como tendo funções especializadas (...) que exigem organizações capazes de atravessar fronteiras ou intermediários que naveguem entre as esferas institucionais” (p. 28), de forma integrada e tendo em conta as lógicas específicas a cada organização envolvida.

A dinâmica da tripla hélice põe o assento tónico na academia como organização empreendedora, “comprometida com a sua região, na qual um número significativo de professores encoraja seus graduados a aproveitar e levar adiante a tecnologia desenvolvida nos seus laboratórios” (Etzkowitz & Zhou, 2017, p. 29). De acordo com estes autores, a academia destaca-se pelo seu papel na sociedade, ao contribuir, através da pesquisa científica e do ensino, para o seu desenvolvimento económico e social. É a esta simbiose entre academia e ambiente externo que a tripla hélice procura dar ênfase, sendo que Etzkowitz e Zhou (2019) destacam essa interação e cooperação como promotoras de desenvolvimento regional. Acrescentam os autores que, quando a academia, o Governo e as empresas são chamados a discutir os problemas e as potencialidades da região onde estão inseridos, nascendo aí essa dinâmica de inovação e empreendedorismo. Afirmam ainda os mesmos autores que quando “esses espaços de conhecimento e consenso se unem, o palco está pronto para a adaptação e invenção de novas metodologias” (p. 30) com vista a alcançar o desenvolvimento económico e social da região, através do conhecimento. Ao Governo cabe um papel moderador/regulador e não controlador, ou seja, é quem deve garantir o bom funcionamento das articulações (Etzkowitz & Zhou, 2017).

A quadrupla hélice

Às três hélices acima referidas, o modelo da quadrupla hélice vem acrescentar os meios de comunicação social como promotores de conhecimento informativo e cultural. Carayannis e Campbel (2009) consideram os média cruciais para a sociedade, ao atribuir importância à inovação e ao conhecimento, seja em pesquisa, tecnologia ou educação. Falando em conhecimento como “ecossistema de inovação”, os autores destacam “a importância de um pluralismo de uma diversidade de agentes, atores e organizações: universidades, pequenas e médias empresas e grandes corporações” (Carayannis & Campbel, 2009, p. 207). Tal resultará numa “democracia do conhecimento”. Argumenta-se ser desta

heterogeneidade de modos de conhecimento que, segundo Carayannis e Campbel (2009), se criam sinergias híbridas entre as organizações envolvidas na produção de conhecimento.

Carayannis e Campbel (2009) destacam ainda que no modelo de quadrupla hélice se garante sinergias entre o global e o local, ou seja, entre “estruturas e processos de economia e sociedade do conhecimento glocal” (p. 207).

A quintupla hélice

O modelo interpretativo designado quintupla hélice, advoga que a produção científica confronta uma nova hélice: o meio ambiente. De acordo com Carayannis *et al.* (2012), a quintupla hélice é “um modelo que apreende e se especializa na soma das interações sociais e académicas com o Estado, a fim de promover e visualizar um sistema de cooperação de conhecimento, *know-how* e inovação para um desenvolvimento mais sustentável” (p. 4). Assenta no pressuposto da transdisciplinaridade que abrange os contributos desde as ciências naturais (meio ambiente) às ciências sociais e humanas (sociedade, economia, democracia).

Segundo Carayannis *et al.* (2012), na quintupla hélice destaca-se também “a necessária transição socioecológica da sociedade e da economia no século XXI” (p. 1), portanto, considera-se que esta é ecologicamente sensível. Estes autores consideram que o modelo de inovação da quintupla hélice, ao assentar em ambientes naturais da sociedade e da economia, devem ser vistos como “motores para a produção de conhecimento e inovação, definindo assim oportunidades para a economia e o conhecimento” (p. 1).

Carayannis *et al.* (2012) afirmam que o elemento mais importante desta quintupla hélice é a circulação do conhecimento entre o subsistema social, a inovação e a economia. Esta nova hélice vem acentuar a importância de atendermos aos vários problemas ambientais, assumindo que todos os atores sociais [públicos e privados, individuais ou institucionais] devem assumir um papel responsável na procura de novas políticas e na prevenção de “conflitos sociais, guerra aos recursos, meio ambiente, catástrofes, bem como crises sérias nas economias de mercado” (p. 1). Trata-se, em suma, de pensar a utilização de recursos de uma forma inovadora para a economia e para a sociedade, que seja ambientalmente consciente (Carayannis *et al.*, 2012), uma vez que o conhecimento é, na opinião dos autores, o recurso chave para o sucesso do desenvolvimento sustentável.

No global, estes modelos correspondem a perspetivas diferenciadas sobre o que é a ciência e o seu papel na sociedade e são suscetíveis de muitas críticas, se pensarmos que o conhecimento e a ciência, ao ganharem centralidade, também se transformam em eixos de realização comercial, que traz alguns desafios às universidades. Como afirma Martins, neste momento “as universidades são empresas; a educação são serviços; o ensino e a investigação são oportunidades de negócios; os professores são profissionais de serviços ou consultores; os alunos são clientes” (p. 151).

Considerações finais

Neste texto pretendeu-se fazer uma contextualização e apresentação mais teórica do que empírica no que se refere aos modelos que estão por trás da ideia de que a universidade deve colaborar com outras entidades. Vimos que, ao longo do tempo, se desenvolveram vários modelos teóricos para a perceção e a operacionalização da inovação e do conhecimento que envolvem o governo, as empresas, o meio ambiente e os meios de comunicação social. Embora de forma breve, entendemos que, se por um lado, se enfatizou o papel da ciência na resposta às necessidades e desafios sociais, também procuramos demonstrar que a ciência acaba por ser entendida, em todos estes modelos, como um bem de circulação e valorização capitalista, que incorre em vários processos de desvirtuação (Araújo, 2019).

Bibliografia

- Araújo, E. (2019). Science and Technology Studies and Engineering Innovation: The Concepts of Future and Diversity. In V. G. Machado J., Soares F. (Eds.), *Innovation, Engineering and Entrepreneurship*. Springer, Cham.
- Carayannis, E. G., Barth, T. D., & Campbell, D. F. J. (2012). The Quintuple Helix innovation model : global warming as a challenge and driver for innovation. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 1, 72–73.
- Carayannis, E. & Campbel, D. (2009). “‘Mode 3’ and ‘Quadruple Helix’: toward a 21st century fractal innovation ecosystem”. *International Journal of Technology Management*, 46, 201-233.
- Coutinho, C. (2020). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra. Edições Almedina.
- Etzkowitz, H. & Zhou, C. (2017). Hélice Triplíce: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, 31, 23–48.
- Ferreira, J. M. C. (2001). *Manual de Psicossociologia das Organizações*. McGraw-Hill.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P. & Trow, M. (1994). *The New Production of Knowledge, The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. Sage, London.
- Martins, M. L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira; H. Machado; J. Sarmiento & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149-157). Braga: UMinho Editora.
- Martins, M. L., Batista, M. M., Araújo, E. & Latif, L. (2015). “Ciência e conhecimento: políticas e discursos”. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3, 7 – 17.

Ciência e Tecnologia: ao serviço do *Big Data* e da Psicopolítica

Maria João Vaz

Doutoranda em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

O progresso tecnológico uniu o globo em tempo real. Os meios digitais transformaram o dia a dia. Suspenderam-se as fronteiras, a comunicação e a informação tornaram-se a mercadoria mais importante em circulação. O conceito de *Big Data* ganhou destaque pela sua capacidade de adquirir o máximo de informação, no mínimo espaço de tempo. Neste texto debatem-se alguns dos efeitos da globalização, à luz do conceito *Big Data*, notando as problemáticas subjacentes à vigilância, privacidade e discriminação.

Palavras-chave: *Big Data*, globalização, psicopolíticas, psicopoder, tecnologia.

Introdução

“Será que vamos perder as nossas identidades no ciberespaço? Iremos ser dominados pela tecnologia dos computadores em vez de sermos nós a dominá-los? Irão os seres humanos refugiar-se num mundo online antissocial? A resposta a cada uma destas questões, felizmente, é quase de certeza ‘não’” (Giddens, 2007, p. 476). A pergunta de Giddens mantém-se atual e instiga a estrutura deste ensaio e ganha sentido à medida que entendemos as implicações concretas da globalização.

Tal como afirmara Wallerstein um dos críticos deste processo: “...os aviões cruzam os ares em todas as direções enquanto muitos de nós, sentados em nossas casas, podemos contactar no mesmo instante, através da *Internet* com pessoas situadas do outro lado do planeta...” (Wallerstein, 1995, p. 4). Hoje navega-se na ‘rede’ onde o mercado global passou a ser um “não-lugar”, no sentido de Han (2020, p. 34), ao revisitar o conceito de Marc Augé (2012). Na prática, podemos assumir que a globalização confere livre trânsito ao “capitalismo desterritorializado”, através de tecnologias cada vez mais eficientes, como as telecomunicações e a indústria digital (Stiegler, 2007, p. 158). Mas como Bernard Stiegler (2007, p. 157) também descreve, a globalização potenciou a expansão das “psicotecnologias do psicopoder”: “...em primeiro lugar, o cinema e, depois, os programas audiovisuais – isto é, a radiodifusão no início dos anos

20, depois a teledifusão no final dos anos 40”, funcionaram como forma de propaganda do capitalismo para manipular a sociedade sob a “inovação industrial”.

Ora, se já tínhamos meios eficazes de influenciar em massa a sociedade durante o século XX, o que mudou nas últimas décadas? O domínio da tecnologia foi de tal ordem sofisticado, que influenciar em massa deixou de ser a prioridade, face à probabilidade aumentada de controlar, vigiar e reconhecer, os sujeitos e possíveis ameaças. Daniel Miller (2007, p. 111) no seu artigo sobre *Sociedades muito grandes e muito pequenas* sugere esta viragem, afirmando que: “...assistimos ao crescimento de um mundo global que começa a tornar-se uma verdadeira entidade em si mesmo...” ao mesmo passo que “... juntamente com a maior generalidade e o maior englobamento surge a maior particularidade, sob a forma de um individualismo sem precedentes...”. Um dos eixos deste crescimento reflete-se na expansão das ferramentas *Big Data*.

Mas como se define *Big Data*? Numa primeira abordagem, a palavra mágica é: algoritmo. Segundo Tristan Harris (2020) são modelos que perseguem o que fazemos (*e.g.* cliques, vídeos, *likes*), preveem as nossas ações e estimulam as nossas reações. Ademais, incorporam a psicologia ao serviço da manipulação e da tecnologia, uma nova política explorada entre governos e empresas, que querem conhecer a fundo cada cidadão e consumidor, e os computadores ajudam a medir o que é mais ajustado para cada cidadão (Orlowski, 2020)

Neste pequeno ensaio, irei debruçar-me sobre este conceito, adotando uma perspetiva crítica, que conta com alguns autores críticos do poder emancipatório da tecnologia na sociedade, abordando algumas questões sobre a vigilância e a discriminação propostas pela evolução de *Big Data*.

Ciência e tecnologia do *Big Data*: questões de vigilância, privacidade e discriminação

Michel Foucault (1999, p. 132) escreve assim na obra *Vigiar e Punir*: “O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber”. Nas últimas duas décadas, temos vindo a estar sob a exposição de novas metodologias que apostam na persuasão e no controlo da mente como principal dispositivo de poder. Nesta linha, diz Han (2015), nos nossos dias a vigilância é tacitamente aceite e ninguém se sente realmente sob controlo, porque o poder é exercício diretamente na *psique* (psicopoder). Neste sentido: “O *Big Data* é um grande negócio (...) O Big Brother e o Big Deal aliam-se. Fundem-se o Estado vigilante e o mercado” (Han, 2015, p. 74).

Há um elevado grau de conformidade e de consentimento, a que o sujeito passivamente se entrega. Num espírito de guerra fria, todos se vigiam e são vigiados deliberadamente. Murados por um ecrã, oferecem as suas opiniões e todos os seus dados (tanto pessoais como biométricos). A datificação compreende a conversão de toda a informação em dados analíticos e tornou-se num paradigma aceite como forma de compreender o comportamento social e a sociedade.

À figura do vigiado assoma outra ameaça, o ataque à privacidade. Tal como se debate no âmbito dos estudos criminais, a evolução do *Big Data* influenciou, melhorou e amplificou, os métodos de investigação, mas também favoreceu enormemente o controlo, como se refere Cannetti:

A primeira pergunta que se faz oficialmente a uma pessoa diz respeito ao seu nome; a segunda refere-se ao seu domicílio, ao endereço. São, como agora já sabemos, as duas perguntas mais antigas, as que visam a identidade e o lugar. A profissão, como pergunta seguinte, revela a sua atividade; a partir daí e da idade, infere-se a influência e o prestígio – como devemos tratá-la? O estado civil indica qual o seu capital humano mais próximo, quer sejam marido, mulher ou filhos. A origem e a nacionalidade fornecem um indício quanto à sua provável maneira de pensar; hoje, na era dos nacionalismos fanáticos, esta é mais significativa que a religião, que perdeu importância (...) juntando-se à fotografia e à assinatura –, já há muita coisa que fica determinada (Cannetti, 2014, p. 350).

A vigilância através do *Big Data*, faz-se através da aquisição de quantidades incomensuráveis de dados, cria conclusões e aprimora o nível qualitativo das suas investigações (Lyon, 2014). Podemos, assim, sustentar que hoje a privacidade e a vigilância andam de mãos dadas, como as duas faces da mesma moeda, um *tradeoff* aceitável, entre a troca de segurança e proteção. Uma vigilância preventiva ao serviço da comunidade (são exemplos atuais: a vigilância na gestão da pandemia, como garantia da redução do contágio; o controlo de passageiros e respetiva circulação; ou a fiscalização de grupos de risco e possíveis criminosos). Deste modo, compreende-se a afirmação de Brayne: “A vigilância é ambígua, inclui e exclui, cria oportunidades, mas também constrangimentos” (Brayne, 2017, p. 1004).

O escândalo denunciado por Edward Snowden em 2013 é o exemplo mais destacado, quando questionamos sobre transparência, prestação de contas, ameaça à democracia, excesso de vigilância e uso e abuso de *Big Data*. Segundo Coleman (2016, p. 353), no momento em que Snowden faz a denúncia, «A NSA procurava aumentar o seu alcance com uma estratégia de ofensiva cibernética ainda mais agressiva, que lhe permitisse recolher dados de ‘quem quer que fosse, a qualquer hora e em qualquer lugar’”, tal como relataram Laura Poitras e James Risen no *New York Times*». A sociedade consciencializou-se que a sua oferta deliberada de informações tinha um preço muito alto. Como concluiu Lyon: “As revelações de Snowden têm prestado um bom serviço ao mostrar a extensão da vigilância realizada pelos Estados, mas também do quanto essa vigilância depende da utilização do *Big Data* com implicação de entidades corporativas que se ligam diretamente às práticas quotidianas dos utilizadores da internet e dos telemóveis” (2014, p. 11).

Um ano após desse escândalo, Han (2015, p. 65) interrogava-se: “Será o *Big Data* realmente capaz não só de vigiar o comportamento humano, mas também de o submeter a um controlo psicopolítico? Estará um novo drama totalmente inesperado em vias de assomar no rosto da sociedade civilizada?”.

Desse ano para cá, vários outros acontecimentos confirmam a ambiguidade do dispositivo: eleições condicionadas, como foi revelado no caso da *Cambridge Analytica* (Karim Amer, 2019), que cedeu informações a partir do *Facebook* e permitindo a políticos de vários países condicionarem as tendências de voto. A República Popular da China, Índia e Brasil são hoje países onde se vigiam, controlam e/ou organizam os seus cidadãos, através de *Big Data* (Mahrenbach *et al.*, 2018, p. 1874). Novas formas de extremismo e ideologias ditatoriais proliferam nas redes sociais com grande facilidade (Orlowski, 2020). Muitos outros exemplos poderíamos acrescentar, desde o descomunal aumento de depressões e suicídios, questionando o futuro da humanidade; passando pelas *fake news* que criaram um contraponto entre a era da informação e a nova era da desinformação (Orlowski, 2020).

No caso da pandemia da COVID-19, floresceram rumores sobre a verdadeira existência do vírus, as curas milagrosas e as teorias da conspiração entre países. Aliás, as políticas de controlo e rastreamento do vírus materializam este foco sobre a vigilância permanente (Calvo *et al.*, 2020). No momento em que este documento é redigido, estamos no meio de uma crise sanitária, social e económica em que, face aos desafios que se pronunciam, é inevitável repensar como se promove uma sociedade tecnológica, a partir de práticas democráticas e de coesão social, pois “...os cidadãos usam as novas tecnologias, mas também adotam uma postura crítica de controlo sobre a forma como estas os afetam” (Neiva, 2020, p. 13).

Conclusões finais: desafios do futuro

Com todos os problemas e desafios expostos até agora, resta-nos perguntar como nos podemos preparar para o futuro. Com o apoio de Wallerstein (1995, p. 21), diríamos que “a resposta é que não o podemos saber com segurança (...) Enquanto participantes no mundo real, podemos, evidentemente, fazer o que considerarmos avisado no sentido de atingirmos a sociedade ideal”. E em que consiste essa sociedade ideal? Para Donattela di Cesare (2020), todas as oportunidades foram gastas. Já não há muita distância entre viver e trabalhar, as praças e os lugares de encontro espontâneos estão a ser trocados pelo espaço virtual, estamos sempre disponíveis sem serem sobrecarregados pela nossa presença, e há um esforço delirante para estarmos permanentemente conectados.

Com efeito, para Mbembe (2017, p. 241) a “...nova cena é o ecrã. O ecrã não procura apenas abolir a distância entre a ficção e a realidade. Tornou-se gerador de realidade. Faz parte das condições do século”. Mas será que viver num mundo hollywoodesco, como podemos ver no filme de Steven Spielberg *Ready Player One* (2018) será solução? Não será nem solução, nem um presságio de uma sociedade ideal. Os personagens preferem a realidade virtual de um jogo, um mundo computadorizado e irreal, onde vivem sob outros padrões, outros sonhos e projetos (podem inclusivamente redesenhar a sua estrutura física). Se a matematização e a instrumentalização controlarem as nossas vidas, não seremos mais seres humanos, mas sim “unidades digitais e não seres reais...” (Mbembe, 2017, p. 241).

Sempre podemos escolher o exemplo de John Preston, personagem interpretado por Christian Bale, no filme *Equilibrium* (2002) – para retomar o equilíbrio entre a razão e a emoção, a concretização da esperança de Giddens com que iniciámos este texto: a de não sermos dominados pelas tecnologias, ou seja, termos a oportunidade de quebrar a jaula de ferro de paredes invisíveis da rede de navegação que não distingue lar, de prisão (Sennett, 2007).

Bibliografia

- Augé, M. (2012). *Não-Lugares*. Lisboa: Letra Livre.
- Brayne, S. (2017). Big Data Surveillance: The Case of Policing. *American Sociological Review*, 82, 977-1008. <https://doi.org/10.1177/0003122417725865>
- Calvo, R., Deterding, S., & Ryan, R. (2020). Health surveillance during COVID-19 pandemic. *The BMJ*, 369(April), 1–2. <https://doi.org/10.1136/bmj.m1373>
- Cannetti, E. (2014). *Massa e poder*. Lisboa: Cavalo de Ferro.
- Cesare, D. Di. (2020). *Vírus soberano? A asfixia capitalista*. Lisboa: Edições 70.
- Coleman, G. (2016). *As muitas faces dos Anonymous*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade do cansaço*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2015). *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2020). *Do desaparecimento dos rituais*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lyon, D. (2014). Surveillance, Snowden, and Big Data: Capacities, consequences, critique. *Big Data and Society*, 1, 1–13. <https://doi.org/10.1177/2053951714541861>
- Mahrenbach, L. C., Mayer, K., & Pfeffer, J. (2018). Policy visions of big data: views from the Global South. *Third World Quarterly*, 39, 1861–1882. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1509700>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Miller, D. (2007). Sociedades muito grandes e muito pequenas. In F. C. Gulbenkian (Eds.), *A urgência da* Augé, M. (2012). *Não-Lugares*. Lisboa: Letra Livre.
- Brayne, S. (2017). Big Data Surveillance: The Case of Policing. *American Sociological Review*, 82, 977-1008. <https://doi.org/10.1177/0003122417725865>
- Cannetti, E. (2014). *Massa e poder*. Lisboa: Cavalo de Ferro.
- Cesare, D. Di. (2020). *Vírus soberano? A asfixia capitalista*. Lisboa: Edições 70.
- Coleman, G. (2016). *As muitas faces dos Anonymous*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerreiro, M. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade do cansaço*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2015). *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2020). *Do desaparecimento dos rituais*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lyon, D. (2014). Surveillance, Snowden, and Big Data: Capacities, consequences, critique. *Big Data and Society*, 1, 1–13. <https://doi.org/10.1177/2053951714541861>
- Mahrenbach, L. C., Mayer, K., & Pfeffer, J. (2018). Policy visions of big data: views from the Global South.

- Third World Quarterly*, 39, 1861–1882. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1509700>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Miller, D. (2007). Sociedades muito grandes e muito pequenas. In F. C. Gulbenkian (Eds.), *A urgência da teoria* (pp. 109–141). Lisboa: Tinta da China.
- Neiva, L. (2020). O direito à privacidade no tempo do big data: narrativas profissionais na União Europeia. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 16, 1-20. <https://doi.org/10.3895/rts.v16n45.11439>
- Orlowski, J. (2020). *The Social Dilemma* [Documentário]. Estados Unidos da América: Netflix.
- Sennett, R. (2007). *A Cultura do Novo Capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Spielberg, S. (2018). *Ready Player One*. Estados Unidos da América: Universal Pictures.
- Statistica. (2020). *Volume of data/information created, captured, copied, and consumed worldwide from 2010 to 2025*. Retirado de <https://www.statista.com/statistics/871513/worldwide-data-created/>
- Stiegler, B. (2007). Tomar cuidado: sobre a solicitude no século XXI. In F. C. Gulbenkian (Eds.), *A urgência da teoria* (pp. 143–166). Lisboa: Tinta da China.
- Wallerstein, I. (1995). Mudança Social? “A mudança é eterna. Nada muda, nunca.” *Revista Crítica de Ciência Sociais*, 44, 3–24.

Notas Biográficas

Zênia Tavares é doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho, e docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Está a desenvolver a sua tese doutoral com o título “Capitalismo, alimentação e mudança social: um estudo sobre o consumo de alimentos ultraprocessados em famílias camponesas no Agreste de Pernambuco (Brasil)”, sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro e da Professora Doutora Maria Paula Vilhena Mascarenhas. Integrante do Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar – NECEF (CNPq), do Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco - FESSAN/PE e da Rede Consumidor de Pernambuco. Tem experiência na área de consumo, educação do/a consumidor/a, relações de género e soberania e segurança alimentar e nutricional.



Email: maria.zenias@ufrpe.br

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6150329073394875>

Márcia Silva é estudante de Doutoramento do curso de Sociologia, da Universidade do Minho, e frequenta atualmente o 3º ano do regime doutoral. Está a desenvolver a sua tese doutoral com o título: “A cidade r(v)endida ao turismo: uma análise aos processos de turistificação do Porto”, sob a orientação científica da Professora Doutora Rita Ribeiro e da Professora Doutora Paula Remoaldo.



Licenciada em Geografia e Planeamento e Mestre em Sociologia é investigadora no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade. Desenvolve investigação em diversas áreas temáticas relacionadas com o estudo da cidade, do turismo e da mobilidade. É autora e coautora de diversas publicações nacionais e internacionais.

Email: marciasilva.formacao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3464-2194>

Laura Neiva é investigadora júnior no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Licenciada em Criminologia (2017, Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto), com Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade (2019, Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho), é atualmente estudante de Doutoramento em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho sob orientação



científica da Professora Doutora Helena Machado (Professora Catedrática em Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho). Beneficiária de bolsa de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref 2020.04764.BD), um concurso altamente competitivo que visa apoiar os investigadores a desenvolver a sua pesquisa de doutoramento, a sua investigação intitula-se “Expectativas de agentes policiais sobre *Big Data* no sistema de policiamento e investigação criminal em Portugal”. Com um *background* interdisciplinar proveniente da Criminologia, Sociologia e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, os seus tópicos de pesquisa concentram-se nos desafios éticos, políticos e sociais do uso de *Big Data* na investigação criminal, com foco nas expectativas e imaginários sobre o *Big Data*, desigualdades sociais, criminalização e suspeição criminal. Anteriormente, desenvolveu funções de investigadora júnior num Projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (Exchange – Forensic Geneticists and the Transnational Exchange of DNA data in the EU: Engaging Science with Social Control, Citizenship and Democracy – Contrato N.º [648608], liderado por Helena Machado e sediado no CECS). Autora do livro “Big Data na investigação criminal: desafios e expectativas na União Europeia” (Editora Húmus, 2020), é autora e co-autora de publicações sobre *Big Data*, políticas securitárias, privacidade, expectativas sociais e vigilância e participou, com comunicações, em congressos como Data Power, Eurocrim e Congresso Português de Sociologia.

Email: lauraneiva@ics.uminho.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1954-7597>

Luisa Fernanda Salamanca Garnica é estudante de doutoramento em Sociologia, da Universidade do Minho. Está a desenvolver a sua tese doutoral que se intitula: “A rebeldia em comum: Estudo de expressões de resistência anarquista em Portugal entre crises”, sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Mora.



Licenciada em Ciências Políticas e Mestre em Estudos Latino-americanos, com pós-graduação em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, trabalhou vários anos na área de consultadoria para a gestão pública sustentável e participou em grupos de investigação na Colômbia e Espanha. Atualmente faz parte do *Observatorio de la Juventud de la Universidad Nacional de Colombia (OBJUN)*.

Email: luisa.salamanca@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4785-6354>

Nuno Caetano Nora é doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho, o seu Projeto de Investigação intitula-se: “Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou *turning point* rumo à profissionalização”. Realizado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, contando com uma bolsa de estudo financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BD/143315/2019, sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Marques. No seu currículo *Ciência Vitae* os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, são: Ensino Superior; Desigualdades Sociais; Reprodução Social; Inserção Profissional; Precarização; Flexibilização; Trabalho; Desemprego e Grupos Profissionais; Identidades Profissionais; Empresas Familiares



Email: nunonora@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7759-9419>

Gabriela Salcedo Figueira é doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho e Mestre em Sociologia: Políticas Sociais, pela mesma instituição. Frequenta atualmente o 1º ano do regime doutoral. Está a desenvolver o seu projeto de tese doutoral que se intitula: “A reprodução social da escravidão no capitalismo: um estudo comparativo do Brasil e dos Estados Unidos no século XIX”, sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro.



Licenciada em Ciências Sociais: Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Comunicação Social: Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), seus atuais temas de interesse investigativo são: marxismo feminista, teoria da reprodução social, escravidão moderna, segunda escravidão, economia-mundo capitalista.

Email: salcedofigueira.gabi@gmail.com

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8064085733145598>

Helena Antunes é doutoranda em Sociologia na Universidade do Minho. Encontra-se a desenvolver o projeto de tese no âmbito da temática do ensino superior, mais concretamente sobre as condições de trabalho e perspectivas de carreira dos académicos (professores e investigadores), sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Paula Marques. É licenciada em Sociologia, com especialização em Políticas Sociais pela Universidade do Minho e Mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Atualmente exerce a função de docente no ensino superior politécnico. Durante 3 anos trabalhou em Timor-Leste na formação de professores de Sociologia, no âmbito de projetos de cooperação entre o Governo de Portugal e Timor-Leste.



Email: helenaffantunes@gmail.com

Maria João Vaz é estudante de doutoramento do curso de Sociologia, da Universidade do Minho, e frequenta atualmente o 1º ano do regime doutoral. Está a desenvolver o seu projeto de tese doutoral que se intitula: “Turismo e *Big Data* em Portugal num mundo pós-*COVID-19*”, sob a orientação científica da Professora Doutora Helena Machado (Professora Catedrática em Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho). Licenciada em Turismo pelo ISAG (Instituto Superior de Administração e Gestão), Mestre em Turismo pela FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), e com uma Pós-graduação em Direção Hoteleira pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo, trabalhou vários anos na área de turismo, hotelaria e eventos.



Email: mariavictorino7@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4979-939X>

As II Jornadas Doutorais em Sociologia constituíram-se como espaço de partilha de resultados de projetos científicos levados a cabo no âmbito de teses de doutoramento em Sociologia já concluídas ou em preparação. Além das intervenções dos investigadores convidados, as jornadas apresentam os trabalhos, reflexões e/ou projetos de estudantes atualmente a realizar as teses doutorais e de doutorados em Sociologia da Universidade do Minho.

Foi igualmente bem-vinda a partilha de reflexões sobre os contributos que representa uma tese de doutoramento em Sociologia para a formação de profissionais e para o desenvolvimento social, económico e cultural.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

